



**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Bom dia, senhoras e senhores.

Hoje nós estamos realizando uma audiência conjunta entre a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Seguridade Social e Família, para retomar o debate, dar continuidade à audiência que nós realizamos no dia 21 de junho, praticamente com todos os atores aqui envolvidos, sobre a implantação do eSocial.

Nós organizamos duas Mesas. Primeiro falará o Governo, particularmente o Comitê Gestor do eSocial, e depois falarão as entidades aqui representadas, que estão na ponta implantando o sistema. Ao final, nós abriremos o debate a todos novamente, para falas de 3 minutos, para responderem ou questionarem pontos. Teremos também um formulário para que a audiência possa fazer perguntas por escrito e as pessoas possam responder aos questionamentos.

A primeira parte dos trabalhos eu vou presidir, e a segunda parte e o encerramento serão presididos pelo nosso querido Deputado Odorico Monteiro. Nós subscrevemos os requerimentos nas duas Comissões.

De junho para cá, nós tivemos diversos momentos. Conversamos com as empresas de sistema, conversamos com a CNI, conversei com o pessoal da área de contabilidade, para acompanhar a implantação e o andamento do sistema. Nós tentamos fazer, inclusive, a audiência mais cedo um pouco, não à entrada de dezembro, ainda no início de novembro, mas não foi possível em função do próprio calendário da Câmara e das eleições. Por isso não conseguimos aprovar os requerimentos anteriormente. Mas estamos aqui cumprindo o prometido em junho, realizar uma nova audiência pública.

Nós fazemos o acompanhamento desse debate tão necessário, sobre sistema tão importante para o setor público e também para o setor privado. Temos que ajudar a fazer as mediações necessárias para que uma boa ideia não seja jogada fora, para que essa boa ideia, de fato, tenha o melhor aproveitamento possível, tanto do ponto de vista de confiabilidade, quanto do ponto de vista da eficiência.

É um prazer recebê-los novamente aqui para realizarmos este debate. Nós temos também consultoria de diversos partidos e de lideranças de Governo e da Oposição. A Consultoria da Câmara também está acompanhando o debate, porque ele depois se reflete em relatórios e debates internos da Câmara. O desdobramento desta audiência, com certeza, terá impacto aqui dentro da Câmara dos Deputados. Então, para nós é muito importante este evento.



De pronto, então, quero agradecer a todos os que estão aqui, por terem aceitado o convite, e ao Deputado Odorico Monteiro, meu companheiro de tantas iniciativas. Hoje nós vamos discutir eSocial, semana que vem vamos discutir inovação e no dia 13 vamos discutir pesquisa experimental. Nós temos uma série de atividades conjuntas, dentro da Câmara, com outros Deputados que têm interesse nessas iniciativas inovadoras. Obrigado a todos.

Passo a palavra para o meu amigo Deputado Odorico Monteiro.

**O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE)** - Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer a todas as áreas de Governo que aceitaram o convite, estão aqui presentes, e também às entidades e instituições.

Na realidade, este espaço que nós temos nas Comissões é extremamente produtivo. É um espaço onde nós vamos construindo o Estado brasileiro, incrementando-o, momento a momento. Somos uma democracia muito jovem e o Estado ainda tem que amadurecer muito.

Um dos nossos desafios é colocar o País na era da comunicação, na era da informática, é transformar toda essa estrutura de Governo, tornando-a mais ágil, mais acessível. Sem dúvida nenhuma, o eSocial tem essa perspectiva de simplificar, de garantir a interoperabilidade de todos os sistemas e de todos os segmentos do Governo, construindo a integração de todos os sistemas.

Ontem mesmo, nós aprovamos um projeto na Comissão de Seguridade Social e Família, transformando o CadÚnico, que é um decreto, numa lei. É uma iniciativa importante, porque, quanto mais estrutura de Estado e menos de Governo nós tivermos no País, teremos mais estabilidade, mais democracia, mais transparência, mais fortalecimento e cidadania.

Então, o meu mantra tem sido este: mais Estado e menos Governo. E nós só fazemos isso com participação. Um dos importantes papéis das Comissões são as audiências públicas, espaço em que exercemos a democracia participativa, fortalecemos a democracia representativa. É exatamente o que estamos fazendo com o debate sobre o eSocial. Nós fazemos a audiência, acompanhamos os primeiros passos, fazemos o alinhamento conceitual, o alinhamento de entendimento do estado, da arte, da situação do que estamos vivendo. Esse alinhamento é estratégico para a democracia e para o País.

Quero agradecer, mais uma vez, e dizer da minha satisfação, como Parlamentar, em estar compartilhando este momento com vocês. Não se trata de julgamento nem de



situação e oposição. Trata-se exatamente de a Casa entender o que está acontecendo, para que depois nós possamos aprimorar as contribuições e fortalecer as coisas que estão dando certo.

Que nós tenhamos uma boa audiência!

Aproveito a oportunidade para saudar todos os internautas que estão nos acompanhando e dizer que podem também fazer perguntas pelo e-Democracia da Câmara, porque depois as transmitiremos aos expositores.

Agradeço também essa parceria fantástica com nosso Ministro Deputado Celso Pansera. Para mim tem sido uma grande satisfação. Temos compartilhado muitas questões. É um momento importante para articularmos, nós dois participando das duas Comissões, essa integração entre a Comissão de Seguridade Social e Família e a Comissão de Ciência e Tecnologia.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Eu vou cumprir umas formalidades e montar a Mesa.

Esta é a nossa 25ª Reunião Ordinária, de audiência pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família, em 29 de novembro de 2018.

Declaro aberta a presente audiência pública, com o objetivo de discutir *A importância do sistema eSocial para unificação, simplificação, redução da burocracia e melhoria da eficiência para governo e empresas.*

Esta audiência é um evento conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, aprovado por meio dos Requerimento nºs 310, de 2018, do Deputado Celso Pansera, na CCTCI, e 771, de 2018, do Deputado Odorico Monteiro, na CSSF.

Esclarecimentos sobre os procedimentos a serem adotados na condução dos trabalhos. Os expositores terão o tempo de 10 minutos para fazerem suas exposições, não sendo permitidos apertes. Encerradas as apresentações, será concedida a palavra aos Parlamentares inscritos por 3 minutos. A lista de inscrição ficará disponível na mesa de apoio à minha direita, durante toda a fase de exposições. Os palestrantes disporão do mesmo tempo de 3 minutos para respostas. Ao final do debate, cada convidado terá 3 minutos para suas considerações finais. Todas as apresentações em multimídia serão disponibilizadas para consulta na página eletrônica da Comissão.

Informo ainda que, em razão do número de palestrantes, dividiremos o debate em dois blocos.



Vou chamar agora os componentes da primeira Mesa: Sr. José Maia, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho; Sr. Jarbas de Araújo Félix, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; Sra. Sílvia Aparecida Ziemba Moreno, Chefe da Divisão de Vínculos e Remunerações do INSS; e Sra. Viviane Lucy de Andrade, Gerente-Executiva da Gerência Nacional de Passivo do FGTS da Caixa Econômica Federal.

Está bem equilibrada a presença hoje de mulheres e homens na primeira e na segunda Mesa. Isso é um bom sinal.

Eu pulei um nome. Perdoe-me, Sr. Altemir Linhares de Melo — *"Só porque é da Receita Federal?" (Risos.)*

Brincadeiras à parte, vamos ao que interessa.

Passo a palavra ao nosso primeiro expositor, Sr. José Alberto Maia, por 10 minutos.

É ruim ser o primeiro a falar, não é? Mas alguém tem que ser o primeiro, não tem jeito.

**O SR. JOSÉ ALBERTO MAIA** - Bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, em nome do Comitê Gestor, quero já agradecer esta maravilhosa oportunidade e parabenizar pela iniciativa a Comissão, que por si denota a importância do projeto.

Esta é nossa segunda apresentação. Fizemos em junho um preâmbulo mais completo, e hoje nós combinamos em fazer algo mais sucinto para chegarmos logo ao ponto de discussão.

Então, ressaltarei do eSocial apenas o seu conceito geral, já que estamos sendo vistos por toda a Nação, e os pontos mais importantes em que ele se baseia.

Nós sabemos que o eSocial nasceu do consenso de que o modelo atual de prestação de informação do mundo do trabalho é muito pouco produtivo, é improdutivo, é um modelo que não funciona. Esse grupo fez um estudo profundo do modelo atual e analisou os pontos mais importantes a serem mudados, para que saíssemos de um patamar bastante improdutivo para um modelo mais produtivo de prestação de informação com relação ao mundo do trabalho.

Vimos que no modelo atual o empregador tem que atender a diversas demandas dos vários entes do Estado, muitas vezes tendo que aprender diversas formas de prestar informações, muitas vezes repetidas, para os diversos entes, muitas vezes para os mesmos



entes. Vimos que no modelo atual a prestação de informação muitas vezes é intempestiva, não cumpre com os seus objetivos ou com sua finalidade, o que é um desperdício de esforço, seja das empresas, seja do Governo, e que muitas vezes as informações vêm com erros.

Na realidade, o eSocial é o modelo proposto para tentar minimizar todos esses problemas existentes no modelo atual. É muito importante termos este conceito em mente se tivermos que definir o que é o eSocial. Ele é isto, e apenas isto: uma nova forma de registrar os fatos que acontecem no mundo do trabalho. É apenas isto: uma nova forma de registro dos fatos, ou seja, de prestação de informação. Que forma é essa? É uma forma mais eficiente de prestação da informação, que se propõe a ser padronizada, que se propõe a evitar qualquer tipo de redundância, que vai ser mais tempestiva e que, também, deve gerar melhor qualidade da informação, no que for possível, para se evitarem erros.

Nós todos já conhecemos o alcance do eSocial. É um projeto imenso, é um dos maiores projetos do mundo em termos de informação, que vai alcançar absolutamente todo o mundo do trabalho, não só os trabalhadores da área privada como também os da área pública.

Sabemos que o cenário que nós almejamos é este: que as empresas possam se deter nos seus negócios, que possam gastar seu tempo e esforço para conduzirem os seus negócios, e que a prestação da informação seja algo quase natural e automático, como decorrência dos seus próprios processos.

É essa a ideia do eSocial, um caminho único de prestação de informações. E essas informações ficarão disponíveis ao Fisco, a todos os entes que tenham competência para trabalhar com elas, num ambiente seguro e estável. Essa é a proposta do eSocial.

Eu ressalto que, a partir da implantação deste novo modelo, vai ser possível substituir diversas obrigações hoje existentes. Se estamos propondo uma forma padronizada, iremos eliminar todas as outras formas paralelas de criação de obrigações acessórias. Então, todas essas obrigações hoje existentes passarão a ser substituídas pelo eSocial, de início. Estou falando da GFIP, do CAGED, da RAIS, do Livro de Registro de Empregados, da Comunicação de Acidente de Trabalho, da Comunicação de Dispensa, da própria Carteira de Trabalho, que vai ser erigida em formato digital como consequência natural das informações já prestadas pelo empregador, e não outra instância, outro passo. Nós temos o Perfil Profissiográfico Previdenciário — PPP, um instrumento de extrema importância para



a Previdência Social. E muitas outras obrigações serão substituídas no decorrer da implantação do eSocial.

O eSocial tem objetivos muito claros. Ele pretende garantir os direitos de forma mais efetiva, simplificar os processos das empresas e gerar informações mais consistentes. Esses são objetivos claros, com base nos quais esse projeto deve ser avaliado. Assim, ao fim, saberemos se esses objetivos foram atingidos ou não. Mas é importante saber os resultados esperados a partir da implantação desse projeto.

A expectativa é que haverá um aumento muito substancial da segurança jurídica nas relações de capital e trabalho. Talvez esse seja um dos pontos mais importantes desse projeto, trazer segurança jurídica, e sabemos que trará, com o aumento da cobertura dessas informações. Hoje temos uma fiscalização bastante deficitária, fiscalizamos um pequeno espectro do mundo do trabalho, cerca de 3% das empresas. Com o aumento dessa cobertura, sabemos que haverá, sim, um grande aumento na percepção de risco por parte das empresas, uma diminuição consequente da sonegação e da fraude e um aumento de arrecadação sem aumento da carga tributária. Significa dizer que, com a diminuição de fraude, com a diminuição da sonegação e com maior nível de exposição, teremos empresas mais comprometidas com seus resultados. Haverá, vamos dizer assim, uma distribuição muito mais equitativa dessa carga, que já é muito pesada, e haverá — este talvez seja o resultado final desse projeto implantado — uma melhoria nos ambientes de trabalho, no que diz respeito à segurança no ambiente de trabalho, e no ambiente de negócios do País. Esses são os resultados esperados. Temos certeza de que, a partir desse projeto, isso será possível.

Agora temos premissas, para as quais eu chamo a atenção. Isso é muito importante, até porque surgem muitas notícias e alguns mitos que devem ser desfeitos. O eSocial é apenas aquilo que nós definimos no início, uma nova forma de prestar informação. O eSocial não cria novas obrigações. Podemos dizer que o eSocial é uma forma nova de cumprir as obrigações que já existem. Então, se houver alguma dúvida com relação a essa assertiva, nós desafiamos todos a encontrar qualquer informação que esteja no eSocial que as empresas já não sejam hoje obrigadas a registrar de alguma forma. O eSocial não veio pedir alguma modificação da lei. A pergunta é: como podemos cumprir a lei, a legislação vigente, mudando apenas o sistema para algo mais eficiente? Isso é o eSocial.



Chamo atenção para a segunda premissa. Eu estava dizendo aqui no começo que esta audiência está parecendo uma reunião do nosso GT Confederativo. Nós estamos indo para a próxima reunião, acho que é a 28ª Reunião do GT Confederativo. Estamos aqui com representantes das confederações, da CNI, com a BRASSCOM, com o CFC, os braços mais importantes para que esse projeto se ponha de pé, ou seja, todo o setor de TI, toda a indústria e todas as confederações. Estamos aqui com a CNA e estamos aqui com o CFC, esse braço mais importante, talvez porque, ao final de todos os processos, teremos um contador como sócio majoritário desse projeto.

Nesse âmbito, eu ressalto o quanto tem sido produtiva essa forma de trabalhar em processo de construção coletiva. Temos aqui o Ministério do Trabalho, a Caixa, o INSS, a Secretaria de Previdência e a Receita Federal, o que já mostra que foi um desafio muito grande fazer com que esses seres de planetas distintos e, de DNAs diversos trabalhassem juntos e, hoje, tivessem uma parceria desse nível. Mas, muito mais do que isso, é importante poder contar com toda a indústria, com todas as confederações, com esses setores específicos de TI e com o braço da contabilidade.

Esta é a ressalva que faço com relação às premissas: a de não se criarem novas obrigações e de haver uma construção coletiva, cujo fruto tem sido, e vai perdurar, o resultado de uma implantação gradual e segura. Há muitos comentários, alguns até maldosos, com relação a postergamentos do cronograma. Mas o fato é que todas essas postergações decorrem de uma negociação, de um processo de análise e de *feedback* de como está sendo feita a implantação, a fim de que ela seja feita da melhor maneira possível. Essas são as premissas.

Do cronograma, todos já estão a par. Nós dividimos a implantação em quatro etapas. O fato — é importante que ressaltemos — é que esse projeto já está sendo implantado, é um projeto que já está implantado para as grandes empresas. Aquele primeiro grupo, que consiste nas empresas que faturaram acima de 78 milhões de reais ao ano, já está com o eSocial implantado, excetuando na parte de segurança e saúde. Para o segundo grupo, ele já está sendo implantado, está no meio da implantação. Para o terceiro, que são os menores — os MEIs, as empresas do SIMPLES, entidades sem fins lucrativos, enfim —, a previsão é iniciar sua implantação a partir de janeiro. O último grupo é dos órgãos públicos e alguns organismos internacionais. Esse é o cronograma que tem sido implantado e acompanhado



cuidadosamente por parte do Comitê Gestor e desse grande grupo de trabalho que é o GT Confederativo.

A diferença que fizemos foi com relação aos eventos de segurança e saúde, por serem mais desarticuladas da empresa, por não estarem tão integrados ou num nível de informatização dos outros setores da empresa. Aí existe um pequeno *gap* na implantação, que foi deixada para a partir de julho do ano que vem, para cada grupo, e será de 6 em 6 meses, com o primeiro grupo em julho, e assim por diante. Esse é o cronograma final de implantação do eSocial que nós estamos trabalhando.

Eu concluo aqui essa breve passagem sobre o projeto e a situação em que ele se encontra. Do que foi falado, o mais importante são aquelas premissas, que nós tenhamos em mente que estamos só refazendo a maneira de prestar as informações e que estamos fazendo isso de maneira conjunta.

Nesse último eslaide, eu não poderia perder a oportunidade de colocar uma propaganda do curso que a Escola Nacional da Inspeção do Trabalho disponibilizou gratuitamente, no seu *site*. Lá existe mais de uma centena de vídeos explicitando cada ponto do projeto. O curso é fruto do estudo das demandas que têm acontecido, então, tende a ser bastante dirigido. Ele se dispõe a ser atualizado na medida em que as coisas forem mudando e tem uma ligação direta, uma participação de todos os colegas do Comitê Gestor. Temos também um curso disponibilizado pela Receita Federal do Brasil. Eu convido todos a se aprofundarem nesse estudo, porque isso corta muito o caminho.

Agradeço muito a oportunidade. Acho que já passei um pouco do tempo.

Obrigado a todas e a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. José Maia.

Agora passo a palavra ao Sr. Jarbas Félix, da Secretaria de Previdência.

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Bom dia a todos e a todas.

A nossa parte estava sendo falada pelo José Maia, então, a parte que ele avançou um pouquinho é nossa também. Com relação ao eSocial, nós da Previdência temos a parte dos órgãos públicos, o CAT, junto com INSS, e o PPP.

Então, nós estamos unidos, sempre fazendo tudo em conjunto e em consenso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Compensou a fala! (*Risos.*)

Obrigado, Sr. Jarbas Félix.





Passo a palavra ao Sr. Altemir Melo.

**O SR. ALTEMIR LINHARES DE MELO** - Bom dia, Deputado Celso Pansera e Deputado Odorico Monteiro. Obrigado pela oportunidade. Trago aqui os cumprimentos do Dr. Rachid ao trabalho dessas duas Comissões. Como sempre, nós nos colocamos à disposição para conversar com a sociedade e trazer as informações necessárias, para crescermos juntos e encontrarmos soluções necessárias para a melhoria do ambiente de negócios e para a simplificação dos processos.

O Dr. Maia já apontou muito bem em relação ao projeto do eSocial. Acho que quase todos acompanham o eSocial há mais tempo e já o conhecem. Então, nós vamos ganhar um pouco de tempo, para que possamos conversar um pouco mais, discutir um pouco mais os temas que, eventualmente, os senhores trouxerem.

Eu vou apenas fazer algumas considerações em relação ao eSocial dentro de um contexto. Olhando-o como um projeto único, isolado de Governo, ele pode não demonstrar a grandeza, a relevância e a importância que tem no contexto da gestão pública. Se nós lembrarmos, há 10 ou 11 anos, todo esse ambiente de *compliance* tributário, trabalhista e previdenciário era baseado em livros fiscais, em formulários e documentos em papel. Volumes e volumes de documentos eram necessários para que as empresas conseguissem cumprir as obrigações perante os órgãos de controle.

Isso vem sendo, gradualmente, ao longo desse período, substituído por informações digitalizadas, por dados concisos e de forma mais simplificada. Isso não é por acaso, isso é o chamamos de Sistema Público de Escrituração Digital — SPED, implantado em 2007, com a nota fiscal eletrônica. A partir daí, viemos com o SPED Fiscal, depois, com as escriturações de PIS/COFINS, com o Imposto de Renda, a e-Financeira, a contabilidade digital. Todos são módulos do SPED.

Para a Receita Federal, o eSocial e a EFD-Reinf são módulos do SPED. É claro que, para os demais órgãos, o eSocial tem uma grandeza própria, tem outro significado. Mas, para a Receita Federal e a administração tributária, o eSocial e a EFD-Reinf são do SPED. Nós fechamos o circuito SPED, nós completamos a primeira fase do SPED com esses dois projetos: eSocial e EFD-Reinf. Por quê? Porque nós passamos a ter agora, na base da administração tributária, de forma digitalizada e no padrão SPED, todos os dados de tributos relacionados a consumo, lucro das corporações, movimentação financeira,



contabilidade e, agora, relações de trabalho. Ou seja, com esses dois módulos, nós fechamos a forma de captar os dados dos entes econômicos num formato SPED.

Então, vejam que o eSocial tem necessidade de ser implantado neste momento, porque nós precisamos concluir a Fase 1 do SPED para começarmos a construir a Fase 2. Aí, sim, teremos o grande ganho. Com a Fase 2, nós vamos integrar todos esses módulos numa ferramenta muito semelhante ao eSocial — é o que se tem hoje em mente —, o que vai nos levar a grandes ganhos. Nós vamos integrar todos esses módulos e, aí, conseguiremos uma grande simplificação nesse processo todo de cumprimento das obrigações acessórias dos contribuintes perante o Fisco.

Esse formato *web service*, o XML, que nós estamos adotando no eSocial possivelmente será a forma como vamos construir a reestruturação de todo o SPED, o SPED 2.0, que está sendo gestado na administração da Receita Federal.

O eSocial não é simplesmente um módulo isolado. Desde a fusão dos Fiscos lá em 2007, desde quando a Receita Previdenciária e a Receita Federal se fundiram na Receita Federal do Brasil, nós vimos construindo uma estrutura tecnológica para o controle do crédito previdenciário. Há um arsenal de sistemas construídos e prontos para entrar em operação, aguardando apenas que os dados sejam captados por esses dois sistemas, o EFD-Reinf e o eSocial. Aí estão DCTF-Web, PER/DCOMP WEB, Sistema SERO, CAEPF, um grande portfólio de projetos que estão concluídos e prontos para entrar em operação. Muitos recursos públicos já foram investidos, mas isso vai trazer um grande ganho no controle do crédito tributário e do crédito previdenciário. Ou seja, teremos ganhos significativos na gestão desse crédito, o que vai retornar em benefícios para a sociedade.

Também cabe salientar, com relação à relevância do eSocial, a grandeza, o impacto que ele tem no cenário econômico do nosso País. Vejam que ele alcança de 45 milhões a 46 milhões de trabalhadores, 12 milhões dos quais já estão no eSocial hoje e os demais estão ingressando a partir de agora. São 8 milhões de empregadores, de empresas com empregados ou empregadores pessoas físicas. É um volume realmente extraordinário, algo que ninguém acredita.

Recentemente, no evento da Cúpula Tributária em Lisboa, nós apresentamos o eSocial. O mediador, que era da Bélgica, se não me engano, disse assim: *"Pelos premissas que você está descrevendo, isso é algo impossível de ser construído. Não é possível*



*construir algo com todas essas premissas".* No entanto, já construímos, já implantamos, e está funcionando. O eSocial é uma realidade e está funcionando.

Portanto, trata-se de um projeto muito grande e, de fato, arrojado, o que exige, sim, um esforço enorme de todas as partes no processo. Seja governo, seja sociedade, sejam trabalhadores, todo mundo está sendo chamado a construir esse grande sistema. Além de ter essa amplitude, vejam o que ele representa: se nós considerarmos a contribuição previdenciária incidente e só o Imposto de Renda retido na folha de pagamento, nós chegamos a algo muito próximo de 40% da arrecadação federal. Por isso, a qualidade da informação é fundamental para tenhamos uma boa gestão desse crédito tributário, desse crédito previdenciário.

Tudo isso, senhores, tem um fundamento. Nós da Receita Federal estamos engajados nesse processo porque queremos focar os nossos esforços, os nossos recursos na atuação junto àquele contribuinte que é reticente em relação ao cumprimento das obrigações tributárias ou previdenciárias. Queremos focar os nossos esforços junto àqueles que não aderem à tributação. Para aquele contribuinte que quer cumprir com a sua obrigação, nós queremos oferecer facilidades, queremos simplificar, queremos tornar esse processo mais ágil, mais rápido, mais simples, mais barato e menos custoso. Aí poderemos cuidar, com mais atenção, dos demais e focar o combate às fraudes e aos grandes crimes, que, realmente, impactam de forma agressiva a sociedade brasileira e a nossa economia.

Buscamos, senhores, com as implantações não só do SPED, mas de diversas outras ferramentas que nós da Receita Federal estamos colocando no ambiente de negócios, simplificar e melhorar essa relação. A REDESIM, o SINTER, a nota fiscal, o próprio Portal Único de Comércio Exterior são ferramentas poderosas que estão sendo colocadas à disposição e facilitando todo esse processo. Tudo isso vai no intuito de nós melhorarmos a relação Fisco/contribuinte. É fundamental, é meta na nossa casa que nós melhoremos essa relação Fisco/contribuinte.

O que nós precisamos? Que a nossa interação com o contribuinte se dê baseada, inicialmente, na boa-fé e na previsibilidade das condutas, calçada sempre na justiça fiscal, tratando cada contribuinte com o seu perfil e da forma como deve ser tratado, com publicidade e com transparência em relação à sociedade. Principalmente — o que acho que é uma das missões da administração tributária —, temos que propiciar uma concorrência leal no ambiente de negócios, dificultar que o mau empreendedor, o mau



agente econômico participe do processo, ou, se participar, não impacte os negócios. Isso também é fundamental, é uma das premissas com as quais nós agimos. Dessa forma, estamos construindo serviços mais interativos para o cidadão, permitindo uma interação maior e aumentando o grau de confiança entre o Estado e a sociedade.

Por último, em relação às empresas, esse processo visa, realmente, simplificar a nossa vida e melhorar o ambiente de negócios no País.

Eu diria, Deputados que somos nós que precisamos construir essas soluções — e estamos trabalhando nesse sentido. Então, deixo um apelo para todos: que continuemos juntos nesse processo e que consigamos evoluir e chegar a uma situação melhor ainda, logo ali na frente.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Muito bem, Sr. Altemir Melo.

Agora passo a palavra à Sra. Sílvia Moreno.

**A SRA. SÍLVIA APARECIDA ZIEMBA MORENO** - Bom dia a todos.

Eu sou Sílvia. Sou do INSS e já tenho mais de 30 anos de trabalho. Estou na Divisão de Vínculos e Remunerações desde que ela foi criada, desde quando foi criada uma coordenação para cuidar da administração do Cadastro Nacional de Informações Sociais — CNIS. Registro que 99,9% dos trabalhadores passam pela Divisão de Vínculos, sejam empregados ou trabalhadores avulsos. Eu sou técnica. Não sou do Comitê Gestor, mas trabalho para dentro, ou seja, para implementar o eSocial, para que ele reflita no CNIS.

Foram muito importantes as falas do Maia, do Jarbas e do Altemir. Eu anotei e quero dizer uma coisa importante: o quanto é bom ver o custeio e o direito trabalhando juntos, pois vamos ter a mesma informação vinda pela mesma entrada de dados. Isso é muito importante, porque, para o CNIS, haver muitas fontes de dados é ruim. Acho que vocês já tiveram oportunidade de conversar com algumas pessoas que disseram isso. Hoje, as fontes que temos no CNIS são RAIS, CAGED, GFIP, um período de FGTS. O CNIS não é uma fonte própria, é alimentado por várias fontes.

Há outras fontes, como o INCRA, importantes para outros processos de trabalho. Mas, para o empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual, nós temos essas informações vindas de várias fontes. Isso é muito ruim porque cada fonte tem o seu formato, e, na hora de passar os dados para o CNIS, podem acontecer erros, omissão de informação de alguma fonte.



No e-Social, não vão acontecer omissões? Sim, vão acontecer omissões, mas para todos os entes que estão aqui presentes. *(Riso.)* É um pouco diferente, porque hoje eu posso dizer: "Ah, não. Aqui eu acho uma estratégia e consigo informar para esse ente e não informo para o CNIS". Para o trabalhador isso é importantíssimo. Eu estou aqui para realmente sensibilizá-los sobre este ponto: uma única entrada de dados, para o CNIS, é essencial.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu quis trazer algumas mudanças práticas de alteração do CNIS com relação à alimentação. Nós estamos com um processamento em que a DATAPREV está trabalhando arduamente. Para vocês terem uma ideia, nós tivemos um pico, no dia 31 de agosto, de 77 milhões de eventos — num só dia! Com o doméstico, tínhamos uma média de pouco mais de 2 milhões eventos/dia. Então, nós estamos passando para um volume de dados enorme. E a DATAPREV, tenho aqui de elogiar, está trabalhando muito para que possamos colocar isso no CNIS o quanto antes, porque tivemos problema com o doméstico e levamos um tempo grande até conseguirmos disponibilizar os dados. Mas, hoje, se vocês perceberem, nós já estamos com todos os dados da competência de agosto no CNIS e já estamos com um processamento paralelo. Para não onerar o sistema, nós estamos fazendo um processamento paralelo e, depois, viramos a chave para a base, porque, senão, podemos ocasionar problemas no sistema e parar as nossas agências.

Temos a expectativa de ter, até abril, 1 bilhão de eventos. Pensem: é um volume muito grande e importante para a nossa vida cadastral.

Quais são as mudanças básicas? Nós passamos a gravar os vínculos em nossa base, no CPF do empregado. Então, toda informação vinda do eSocial nós estamos gravando em nossa base, no CPF, não mais no NIT. Então, o NIT, que é PIS, PASEP, NIT Previdência, passa a ser um dado secundário. Também utilizamos o mesmo conceito do eSocial, com relação ao CNPJ raiz do empregador. Essas são as duas chaves para nós.

Há outro dado que estamos considerando e que é importante para diferenciar os vínculos empregatícios: a matrícula do empregado. Antes, se um trabalhador fosse contratado em determinado dia pela mesma empresa, na GFIP, você tinha de colocar 1 dia a mais. Hoje, não, hoje ele tem matrículas distintas, e eu vou ter, o CNIS, esses dois vínculos bonitinhos, por conta da matrícula que virou chave e é vínculo também.



As remunerações do empregado já estão sendo disponibilizadas no estabelecimento onde ele presta serviço. Nós passamos a ter também parcelas de remuneração, que não eram visíveis, pois nós disponibilizávamos no CNIS somente o somatório de tudo. Agora eu tenho como separar, por exemplo, o que é reclamatória trabalhista, o que é dissídio coletivo ou acordo, o que é parcela remuneratória normal, o que é parcela de cessão do trabalhador para prestar serviço em outro órgão ou outra empresa. Estamos agrupando tudo isso no mesmo vínculo da empresa cedente do trabalhador.

Antes, o mandato sindical aparecia com dois, três vínculos do CNIS, porque o sindicato informava de um jeito e a empresa, de outro. Agora, desde que a informação do eSocial esteja correta, ou seja, o empregador e o sindicato fizeram a informação correta, essa informação vai estar agrupada no CNIS. Isso é um grande ganho. E, futuramente, talvez até num futuro próximo, muitos benefícios já serão concedidos automaticamente por conta do eSocial.

Vínculos oriundos de sucessão de empresas. Empresas de fusão, incorporação ou cisão, empresas de mesmo grupo econômico, em que o empregado passa de uma empresa para outra, hoje, eu já consigo agrupar desde que vinda a informação da fonte eSocial. Ainda não temos uma resolução para o passado e vamos ter de continuar fazendo os acertos, quando necessários. Mas, daqui para frente, pelo menos já conseguimos esse sucesso de informações no CNIS.

Há uma coisa importantíssima e que também foi um grande ganho para nós em termos de cadastro: o empilhamento de informações no eSocial. Ou seja, eu não consigo mandar uma folha de pagamentos de um trabalhador, a informação de remuneração se esse trabalhador não estiver admitido; eu não consigo mandar um afastamento se o trabalhador não estiver admitido. Essas informações são muito importantes para a segurança da informação. Hoje não temos isso em nenhum documento, mas, a partir do eSocial, teremos. Vocês já ouviram falar no Registro de Eventos Trabalhistas — RET? É esse Registro de Eventos Trabalhistas que está no ambiente nacional que vai fazer o batimento para todas as outras informações. Isso é importantíssimo, outro ganho fundamental para o CNIS.

Aqui estão exemplos daquilo de que já falei, a questão das remunerações por estabelecimento e por parcelas: a empresa cedente e a empresa cessionária trabalhando,



juntas, a informação e agrupando no CNIS; e o empregador e o sindicato com relação ao mandato sindical.

Sobre a sucessão de empresas, também já falei. O evento S-2200 tem a informação do empregador anterior com vários dados. Isso está lá no *layout*, e vocês já devem ter estudado. Essa informação correta é essencial para conseguirmos agrupar os dados, porque, senão, não há CNIS que aguarde colocar regra para agrupar dados. Então, nós sempre partimos da premissa de que o *layout* está bem redondinho, com as informações e o manual, que temos de incentivar os empregadores a estudar, para que a informação se reflita de forma satisfatória para o seu trabalhador.

Qualificação Cadastral. Também tivemos um ganho com relação à qualificação. Vocês têm, no *site* do eSocial, uma prévia da qualificação. Nós fizemos essa prévia para que, quando entrar o eSocial de cada empresa, os trabalhadores já estarem qualificados, para saber se aquele NIS, aquele CPF é daquele trabalhador e bate com os dados das bases dos órgãos. Para validar o CPF, é preciso o nome, a data de nascimento e o CPF; para o CNIS, verificamos a data de nascimento e o CPF no NIS.

Aqui é só para dizer para quais trabalhadores precisa ser feita a qualificação: empregados, tanto os com vínculo empregatício como os estatutários; trabalhadores avulsos; e contribuintes individuais. Essa qualificação está disponível no portal do eSocial e visa essa antecipação, para que as pessoas já se previnam e corrijam os dados antes da entrada daquelas empresas que ainda estão no sequenciamento.

Consulta. Eu tenho como consultar manualmente ou em lote esses trabalhadores. Cada NIT e CPF que eu consultar terá uma resposta de onde será corrigido o dado. Ou seja, se tiver que ser corrigido um dado de PIS, isso vai ser feito na Caixa; se for um dado de PASEP, no Banco do Brasil; e, se for um NIT Previdência, junto ao INSS, diretamente no CNIS.

É importante salientar — esta é uma dica boa — que, às vezes, por causa de processamentos antigos, esses dados já estão atualizados na base da Caixa, no PIS, e já estão atualizados no Banco do Brasil, mas não estão atualizados no CNIS, porque não chegaram. Então, nós pedimos que, quando o trabalhador for à Caixa, mesmo que ele não tenha nada para atualizar, que se atualize um telefone, o endereço, alguma coisa, para que esse dado vá para o CNIS. Nós temos rotina diária de atualização dos dados.



Aqui são os canais de atendimento do INSS. Se houver dados em branco ou incompleto, eu não preciso mais me dirigir a uma agência do INSS para preencher o CPF e DN, se estiver faltando; eu consigo fazer isso no próprio 135 ou no meu INSS. E isso já vai alimentar o CNIS. Agora, em caso de dados divergentes — aí, sim —, a correção tem feita a correção em atendimento presencial, agendado pelo 135.

Era isso. Desculpem-me por ter passado um pouco do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigada, Sra. Sílvia Moreno.

Finalizando esta primeira Mesa, tem a palavra a Sra. Viviane Andrade.

**A SRA. VIVIANE LUCY DE ANDRADE** - Bom dia a todos. Quero agradecer aos Srs. Deputados a oportunidade de estar aqui, de trazer para a sociedade a importância desse projeto e falar um pouco sobre o efeito dele para o FGTS.

O FGTS, como vários já sabem, foi um dos últimos que aderiu ao projeto. A nossa adesão veio muito focada na necessidade do empregador. A nossa atuação enquanto agentes operadores do FGTS sempre teve como foco atender as necessidades do nosso principal cliente. Apesar de o nosso beneficiário maior ser o trabalhador, quem traz todas as informações ao FGTS é o empregador. Então, esta sempre foi a nossa visão: buscar atender as principais necessidades desse ente.

Esta reunião de hoje é a continuidade de um trabalho anterior, e é com prazer que eu trago aqui uma grande mudança que aconteceu na posição da Caixa, que se utiliza das informações primárias, *in natura*, do eSocial. Nós temos, desde o início e até assegurado pelo decreto, a recepção das informações no mesmo momento em que são prestadas. No decorrer dessas discussões, acho até que muito por conta da audiência anterior, houve grandes evoluções na negociação com as empresas e os próprios entes, e a Caixa chegou a um momento de maturação nos seus entendimentos de que o uso da validação do eSocial é muito importante para sociedade e também para o FGTS.

Nós temos hoje a convicção de que o cenário em que estamos caminhando nos trará uma estabilidade muito grande na informação, com relação a essa urgência da necessidade da informação que o FGTS sempre buscou e de que não abriu mão. Continuamos recebendo a informação no momento imediato, mas temos a convicção de que o eSocial terá, sim, em sua base de dados, todas as informações necessárias ao FGTS. Isso nos trouxe a segurança de utilizar o recibo para aprovação dos dados também no FGTS.





Acho que, hoje, o que tenho de mais relevante para trazer para vocês é essa mudança, que veio alinhada a uma necessidade das empresas e também à visão que nós tivemos com relação à evolução de todo o projeto. Todas as alterações de cronograma vieram em favor do melhor resultado do projeto, e isso nos trouxe a possibilidade de perceber as mudanças que culminaram nessas alterações, que, com certeza, só vêm a favorecer tanto o projeto quanto o FGTS.

O nosso principal foco continua sendo ter as informações para o trabalhador, para que ele, de imediato, após a informação do desligamento pelo empregador, passe a ter direito a sacar da sua conta valores que, muitas vezes, garantirão a sua subsistência por algum período, até que ele volte ao mercado. Então, essa preocupação sempre esteve muito presente na nossa participação. E, hoje, é com tranquilidade que trazemos para vocês que a evolução está nos mostrando que, realmente, isso vai acontecer com o tempo.

A Caixa tem demonstrado, nos últimos meses, preocupação com o cumprimento das obrigações. Já foram publicadas circulares que elastecem o prazo para a obrigatoriedade da substituição das guias do FGTS, tanto a mensal, a GRF, quanto a rescisória. Hoje, há uma expectativa de obrigatoriedade, para o FGTS, a partir da competência de fevereiro de 2019 e, para desligamentos, a partir de 1º fevereiro de 2019. Mas continuaremos atentos à evolução e à necessidade que venham a ser apresentadas tanto pelo FGTS quanto pelas empresas.

Existe hoje um desenvolvimento em decorrência dessa mudança de definição. Então, estamos num momento em que, no ambiente de produção, estão suspensas as informações para aquelas grandes empresas e em que existe apenas um ambiente restrito, para que as empresas comecem a se familiarizar com o novo sistema do FGTS, que traz também muitas vantagens, muitas facilidades, como vocês vão conhecer com o tempo.

Isso, para nós, tem sido de grande aprendizado e só reforça a convicção que tivemos quando aderimos a esse projeto, a sua importância para a sociedade, a importância que ele tem para o Governo. Para nós, esse foi o grande motivador da adesão. E não poderia ser diferente: o FGTS, com sua grandiosidade, não poderia estar fora de um projeto desse tamanho e dessa importância.

É sempre necessário reforçar que a prestação da informação única traz a todos uma segurança muito grande de seus processos. Principalmente, devemos reforçar a importância da apropriação e do tratamento dessas informações no âmbito de cada ente,



cada um se utilizando da informação dentro das suas competências e observando aquilo que seu cliente principal precisa. Nós, como um banco, acabamos tendo essa visão, porque, para nós, o empregador é um cliente e, por isso, sempre buscamos atendê-lo com a melhor qualidade. O trabalhador, de igual forma, tem que ter acesso às suas informações com agilidade, qualidade e facilidade.

Esse projeto nos traz isso. Ele vai, sim, informatizar muito os processos que hoje são manuais, como formulários e operações, que dificultam muito e oneram a empresa. A prestação da informação no e-Social torna isso um processo transparente. Nos próximos anos, tudo deve acontecer realmente de forma totalmente automatizada.

Agradeço a todos pela oportunidade. Registro, mais uma vez, que estamos aqui para trabalhar juntos. Foi isto que aprendemos com esse projeto, que é uma construção coletiva e visa um resultado para o País, não só para cada um de nós.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sra. Viviane Andrade, representante da Caixa.

Lembro que nós, na audiência passada, falamos bastante sobre integração do sistema com o FGTS, que era um problema no momento. Depois, as apresentações falarão novamente sobre isso.

Vou desfazer esta Mesa. Agora, o Deputado Odorico Monteiro assumirá a Presidência dos trabalhos. Eu vou me retirar porque tenho um compromisso no final do dia, em Florianópolis, também na área de inovação, com o Presidente da Câmara. Deixo nas boas mãos do Deputado Odorico a condução dos trabalhos.

Deputado Odorico, na semana que vem, eu vou ler as notas taquigráficas, para fazer o devido acompanhamento.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e todas. Obrigado.

Deputado Odorico Monteiro, agora é com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Vamos então compor a próxima Mesa e dar continuidade aos trabalhos.

Gostaria de chamar a Sra. Sandra Batista, Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade; o Sr. Rafael Ernesto, especialista em políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria; a Sra. Valquíria Cruz, líder do Grupo Técnico de Trabalho sobre o eSocial na Associação Brasileira das Empresas de



Tecnologia da Informação e Comunicação — BRASSCOM; o Sr. Ricardo Vaz da Silva, Presidente da Regional Goiás da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação — ASSESPRO; e o Sr. Evandro dos Santos, Diretor de Serviços da Sênior Sistemas S.A.

Tem a palavra a Sra. Sandra Batista, do Conselho Federal de Contabilidade.

**A SRA. SANDRA MARIA BATISTA** - Sr. Deputado Odorico Monteiro, que é autor, juntamente com o Deputado Celso Pansera, do requerimento de realização desta reunião, eu, em nome do Conselho Federal de Contabilidade, em nome do nosso Presidente, Zulmir Ivânio Breda, agradeço o convite. Para nós, é uma grande honra estar na Casa do Povo, na Câmara Federal, para discutir uma temática extremamente rica e importante.

Foi ressaltado aqui pelos parceiros, sócios, dito até pelo Maia, que essa parceria ou até a sociedade com a classe contábil brasileira, para nós, é motivo de muita alegria. Estamos lá recebendo esse grupo técnico confederativo e vários outros grupos parceiros, Receita Federal, Caixa Econômica Federal, todos aqui representados, e outros também.

A classe contábil brasileira tem, pelo seu trabalho de assessoramento, essa ligação direta, pela nossa atividade com o Governo e com os negócios. Com isso, Sr. Deputado, nós ouvimos muito e participamos muito ativamente de toda e qualquer medida. Para nós, nos últimos anos, isso tem sido uma conquista de um trabalho feito, não só agora, mas sim ao longo de gestões anteriores do Conselho Federal, para que, de fato, pudéssemos participar dessas discussões, a respeito tanto das normas, da legislação, quanto dos sistemas. Sofremos muito — a palavra é "sofrimento" mesmo — ao longo do tempo, havendo declarações acessórias, com o entendimento de que, sim, estamos falando da integridade da informação. Trata-se do cumprimento do dever.

Salvo essas questões últimas da reforma trabalhista, o que estamos discutindo aqui em relação à importância do sistema eSocial, para unificação, simplificação, redução de burocracia e melhoria de eficiência, não é mudança na lei, é mudança de cultura. Que bom que veio aliada à tecnologia! Que bom que o Governo nos chamou para perto! Como foi dito pela Viviane, ao final, juntos somos mais fortes e trabalhamos de uma forma melhor. Problemas? Muitos! Ao longo do tempo, esses parceiros pensavam que o bem na sociedade era o lucro, e o lucro que estamos a todo momento discutindo, no caso deste projeto, é o lucro para o País.



Tanto é assim, Sr. Deputado e demais presentes, que o Conselho Federal de Contabilidade, no sistema contábil brasileiro, tem como missão a inovação, a vontade e o esforço coletivo — até 2027, isso está na nossa missão — de proteção do interesse público. Então, ao aceitarmos o convite para debater, na Câmara Federal, a temática proposta, temos de entendê-la especialmente em termos de eficiência, de competência e de produtividade, para conseguirmos o melhor rendimento com o que nós temos.

Ao longo do tempo, vimos participando desse grupo de trabalho confederativo, onde há as questões técnicas, as minúcias e as dificuldades de cada um. Estamos juntos reconhecendo a dificuldade de cada um, a dificuldade de lidar com o que vi aqui sendo apresentado de forma muito técnica, a dificuldade no olhar do FGTS. Por trás disso, qualquer que seja esse ambiente, a própria Receita Federal, o Ministério do Trabalho, por trás disso existe também, no sistema contábil brasileiro — eu quero falar desta temática — , um tripé, três pilares.

Nós estamos falando de ética, de ética nas relações. O Estado tem, sim, que conversar com seus parceiros. O Estado, sim, tem que entender a dificuldade dos seus parceiros. Os parceiros, sim, têm que entender a dificuldade do Estado. Quando nós estamos falando de uma relação entre empregador e empregado, estamos falando da CLT, lá atrás. Agora poucas mudanças vieram. Foram significativas? Sim, foram significativas. Mas, em termos técnicos, em termos operacionais, não são tão relevantes assim, não impactam tanto este projeto. A CLT é da década de 40. Nós estamos vivendo em 2018. Nós estamos vivendo o mundo da tecnologia, e tem que ser a nosso favor. É inadmissível ter a informação, ter uma base, que é a CLT, em caixinhas separadas: a caixinha do CNIS, a caixinha do PIS, a caixinha disso. Há muitas caixinhas, muita divergência de informação. Isso é uma porta aberta para fraude.

Então, sim, na linha da Receita Federal, o olhar tem que ser para a fiscalização e também para a arrecadação. Mas, na linha do que foi dito também sobre virar a chave, a situação não pode ficar injusta. Estou falando do segundo pilar, que é a confiança, citada por todos os que aqui me antecederam. A confiança na relação envolve o respeito à dificuldade.

Cultura é um grande desafio para nós. Estamos falando de um ambiente. Ainda que haja esses números, que são exemplo no mundo, eu não tenho dúvida — aqui está o auditor Altemir, aqui falava há pouco a equipe do Conselho — de que o mundo virá olhar os saldos



deste projeto. Ele será, sim, referência, não temos dúvida. Mas também não podemos entender que estamos num céu de brigadeiro. Permanecem as nossas dificuldades, permanece a vontade de cada um, inclusive do sistema contábil brasileiro, de vencer essas dificuldades e de não dar um caráter única e exclusivamente arrecadatário para o projeto. Ele é muito mais do que isso. Ele tem um aspecto social, ele estabelece uma relação muito grande.

Por fim, já caminhando para o encerramento da fala, quero dizer, Sr. Deputado Odorico, que o sistema contábil brasileiro é parceiro de primeiro momento deste projeto. Nós estamos investindo na qualidade, porque é uma preocupação do sistema o exercício regular da profissão. Portanto, visando à transparência em cada ação, visando à qualidade, visando ao interesse público — quando falamos em interesse público, estamos nos referindo a um país, a uma nação, ao mundo —, o sistema vem investindo e colocando cursos diários. Eu até desafiaria, mesmo não tendo dados, a nossa equipe do Conselho a olhar isso. Praticamente, nos últimos anos, temos cursos diários.

Vou ter de me ausentar daqui a pouco. Não vou poder ficar durante toda a audiência porque estou indo para Paracatu, em Minas Gerais, perto de Brasília, onde vou participar de um evento, de um dia inteiro de debates. Lá, a temática da tarde será o eSocial para o agronegócio. O sistema contábil brasileiro é um disseminador dessa cultura do eSocial. Agora, não podemos ficar sozinhos, assim como nenhuma entidade parceira. Nós precisamos que o Estado invista também nessa disseminação maciça.

Falou-se também sobre a comunicação. A mensagem aqui é que, sim, o Governo tem que disseminar o eSocial. Ele tem que chegar à ponta, para que aquele indivíduo, aquele trabalhador compreenda o que é, para que o dono daquele pequeno negócio compreenda que, sim, estamos falando da CLT, elaborada lá atrás, mas também de relações que carecem ser cumpridas, relações que carecem ser observadas, acompanhadas ao longo do tempo. Essas relações vêm com um desafio, Sr. Deputado, senhores parceiros deste projeto. Elas não podem se encerrar com o cumprimento do eSocial. No ano que vem, quem sabe, isso já esteja sem qualquer problema, como toda e qualquer outra obrigação acessória, que é transmitida, que é acompanhada, e o Estado se utiliza das informações, a sociedade se utiliza das informações.

Acho que o desafio para os próximos anos é fazer permanecer a parceria. Essa parceria é para que, sim, em um pacto no Brasil, em um pacto no mundo, diminua-se a



fraude. Há pouco mais de 15 dias, vim do Congresso Mundial de Contabilidade, que aconteceu na Austrália. Lá estiveram cerca de 5.600 contadores. Esta foi a pauta: ética, integridade e confiança. Essa é a nossa pauta aqui. O sistema contábil, num evento similar, o congresso nacional, reuniu cerca de 5 mil participantes em Fortaleza. No nosso evento maior, havia 5 mil pessoas, entre contadores, estudantes, empresários. Organizações contábeis: temos mais de 68 mil atualmente. Contadores representados: mais de 523 mil. Maia esteve lá e tantos outros representantes do Estado. Lá havia um painel especial para falar sobre a temática do eSocial.

Sr. Deputado, para nós é uma honra participar desta audiência, mesmo que a fala tenha sido curta. Digo que, sim, o sistema contábil é parceiro e apoiador do eSocial porque é parceiro do Brasil, é parceiro do interesse público. Enxergamos que essa unificação, em médio prazo — em curto prazo, não —, carece de redução de custo e de eficiência na aplicação e apuração dessas informações, mas a parceria tem que continuar. Não pode o Estado sozinho ficar com essas informações. Não estamos duvidando da capacidade do Estado, mas precisamos saber que cada parceiro pode continuar nessa empreitada.

Com isso, eu encerro, agradecendo mais uma vez o convite honroso feito a nós do sistema contábil brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sra. Sandra. Agradeço a sua participação e a contribuição.

Passo a palavra a Rafael Ernesto, da CNI.

**O SR. RAFAEL ERNESTO KIECKBUSCH** - Bom dia, Deputado Odorico. Agradeço a oportunidade de falar em nome da CNI sobre um tema de grande importância para o setor empresarial.

Eu faço alguns destaques. As falas dos membros do comitê gestor que nos antecederam aqui trouxeram para nós algumas palavras-chaves e algumas palavras importantes. Foi abordada a questão da simplificação e da melhoria e eficiência de todos os processos, com a apresentação de uma série de iniciativas que buscam de alguma forma aumentar a produtividade. Também houve uma fala especial no que tange à parte de segurança jurídica. Eu adicionaria alguns pontos. Essas também são expressões, são desejos da CNI, para podermos melhorar esse processo como um todo. Talvez aqui nós precisemos ter um olhar também a respeito de que perspectiva estamos considerando a discussão do eSocial.



Eu colocaria isso, mais ou menos, em três grupos. Nós estamos num momento de transição de um grupo que nos últimos 4 anos, 5 anos vem trabalhando nessas discussões, construindo, tentando trazer as obrigações, legais, acessórias, para um ambiente único. Talvez a primeira fase seja a de digitalização dessas obrigações. Estamos entrando agora numa fase de implantação. Como foi colocado aqui, um grupo de grandes empresas está participando desse processo. E temos uma terceira fase. Um pouco do início dessa segunda para a terceira fase ficou muito claro na fala da representante do INSS. Um empregador encaminha a informação, mas os bancos de dados das estruturas de governo também precisam estar alinhados. Eu acho que aqui nós temos um desafio: fazer isso funcionar de maneira mais sincronizada. Eu fiquei sabendo de alguns descompassos em relação a isso. Ao mesmo tempo, há uma série de questões em nossas legislações, sejam leis, sejam atos do Poder Executivo, e alguns esqueletos mal resolvidos do passado que vieram à tona na implantação do eSocial. É preciso saber como resolver esses esqueletos, como encaixar a melhor informação possível dentro do eSocial e construir isso de forma conjunta.

Eu acho que essa etapa, nos últimos 4, 5 anos, é uma etapa importante — temos bons resultados —, mas ela não se encerra aqui. Há muitos desafios ainda, também para as grandes empresas. Agora estão entrando as empresas com faturamento abaixo de 78 milhões, nos quatro grupos que o Maia colocou.

Eu destaco um aqui. Esse processo de implantação precisa ter segurança. Eu acho que um aspecto ainda um pouco frágil dessa relação é a garantia dos atos, principalmente dos agentes fiscalizadores, nesse processo de implantação. Esse é um compromisso conjunto. Daqui a 3, 4, 5 anos, as empresas não podem ter a surpresa de que serão penalizadas por um ato do passado. Eu acho que isso é algo que precisamos tornar mais concreto, tornar mais explícito. Eu me refiro principalmente a ato normativo, do Ministério do Trabalho, da Receita Federal. Acho que é preciso que isso fique mais claro para a sociedade, para dar maior segurança para as empresas nessa implantação.

Temos alguns desafios aqui. A Viviane colocou a questão do FGTS. Acho que esse é um ponto-chave. Estão sendo dados bons passos, estamos avançando, mas ainda temos o desafio da implantação. Esse é um ponto-chave. Quando juntamos receita previdenciária, do ponto de vista da arrecadação previdenciária e do FGTS, estamos falando de bilhões de reais, mas também estamos falando de milhões de empregados. Existe uma



responsabilidade muito forte da empresa nisso, e o desafio é fechar a folha. Ainda temos dificuldades nas empresas grandes em fechar a folha, em parte pelos esqueletos, em parte por dificuldade de implantação, em parte por um processo de melhorias contínuas sendo implantadas, e às vezes o tempo não é suficiente para que isso gire de um *layout* do eSocial até o efetivo conhecimento do profissional que vai preencher esses dados no sistema de informação das empresas. Esse tempo precisa ser previsto e avaliado com muita calma. Esse desafio vai no seguinte sentido: *"Eu, empresa, fecho a folha"*. Isso gera uma expectativa no empregado. A questão não é somente pagar o salário, são todos os benefícios advindos desse processo. Não só os benefícios relatados aqui pelo Maia, como seguro-desemprego, estrutura, é algo que vai além.

Eu faço aqui uma fala mais direcionada à Previdência e ao INSS. Esses dois órgãos têm um desafio enorme pela frente. A partir do momento em que uma empresa encaminha o afastamento de um empregado, a empresa espera agilidade no agendamento da perícia médica do INSS e na recepção das informações geradas. Ela espera, por exemplo, que os laudos gerados no INSS retornem para a empresa; ela espera, dentro dos processos administrativos de contestação, ter um processo ágil; ela espera que a informação emitida por uma CAT, de um agente terceiro, que não estava dentro do eSocial, chegue à empresa.

De que estou falando? De gestão interna da empresa, uma gestão de folha e uma gestão do campo de segurança e saúde no trabalho. Não se trata apenas de obrigações, mas também de um processo todo de integração disso. Então, temos um grande desafio igualmente no eSocial, na parte de SST, de segurança e saúde do trabalho.

Eu trago um ponto em relação ao qual precisamos, de alguma forma, ter um alinhamento. Isso não está claro para as empresas, para as entidades, para o Governo. Qual é a separação da escrituração, da informação que se encaminha à empresa, com aquilo que vai servir para a fiscalização? Essas fronteiras têm que ficar muito claras.

Adicione-se um outro ponto, para o qual, talvez, o comitê gestor, as estruturas de governo precisem ter um outro olhar. Mais um adicionado ao processo: a efetiva simplificação e a desburocratização do processo. Nós já estamos passando por isso dentro das empresas. Quando se unificam as obrigações, automaticamente mudam os processos internos das empresas. Então, esse investimento por parte das empresas está sendo feito. O que nós esperamos é uma agilidade do Estado, no sentido de que o INSS seja ágil, a Previdência seja ágil e o Ministério do Trabalho também seja ágil.





Aqui eu adiciono duas leis recentes: uma não tão recente, a Lei nº 13.655, que tratou da questão dos novos normativos, de normas gerais do direito, e, mais recentemente, a lei que tratou da desburocratização. Elas precisam ter uma harmonia com o que a Câmara, com o que o Congresso Nacional aprova, com o que o Poder Executivo normatiza, para que se tenha a visão desse impacto dentro das empresas.

O que eu quero dizer com isso? Quero dizer que, quando se vai publicar um ato, tem que haver um tempo para preparar o *software*, os *layouts*, a estrutura, o treinamento dentro das empresas. Depois, sim, ocorre a sua implantação. São muito complexas as consequências desta decisão: "*Amanhã isto vai entrar em vigor. Isto aqui já está valendo*". Os prazos precisam ser adequados a isso tudo, porque não se trata somente de a empresa se preparar, agora o Poder Executivo também está se preparando.

Dentro desses pontos, o que nós entendemos? Por exemplo, no Ministério do Trabalho, temos sim como avançar no uso da certificação digital, na digitalização de uma série de obrigações na parte de segurança e saúde do trabalho. Isso é possível. Já que eu, na empresa, vou implantar um sistema de informação para atender aos *layouts* do eSocial na parte de SST, não posso cair nesta contradição: oferecer ao eSocial algumas informações, e ter todo um conjunto de papéis dentro da empresa. Não adianta esperar vir um *layout* no futuro. Não é isso. Podemos ter medidas efetivas hoje. Acho que esta Casa já deu o exemplo, com essa lei de desburocratização, e ela pode inspirar um ato do Poder Executivo no mesmo sentido.

Temos alguns pontos também a serem tratados, por exemplo, na questão do FGTS, se efetivamente as datas todas estiverem corretas. Nós temos basicamente três datas: dia 7 para o FGTS; dia 15 para a DCTF, que é a parte mais de apontamento e escrituração geral da contribuição previdenciária; e dia 20 para pagamento. Operacionalmente, colocar isso tudo no sistema de informação dentro da empresa é muito complexo. Será que não é o momento de revermos essas datas? Acho que esse é um ponto-chave. Pagar salário no dia 5, lançar toda a escrituração, mesmo que seja digital, alguém tem que fazer isso, os processos têm que ser implantados. Isso não acontece do nada. Escrituração digital não significa custo zero. Ela tem um custo de geração, de garantia e de fornecimento ao Estado. Eu acho que essa percepção de valor tem que ficar clara. Isso não tem custo zero. Isso tem um custo.



Nessas discussões todas do eSocial, nós avançamos. Há vários pontos, vários aspectos. Ressalto um aspecto das nossas discussões nos últimos 4 anos, uma experiência mais forte no Ministério do Trabalho. Houve discussões entre empregadores e trabalhadores sobre normas trabalhistas ou mais especialmente sobre a parte de SST. Órgãos do Governo, juntos, trabalhando e dialogando com as entidades, isso demonstra um grau de amadurecimento muito forte.

Temos nossas discussões, nossas divergências, mas isso cria também um novo passo. A empresa não enxerga FGTS, Receita Federal, Ministério do Trabalho, INSS, Previdência, ela enxerga o Estado. Ela espera que o Estado aja de forma conjunta, de forma harmônica. Eu diria que esse hoje é um ponto. Se nós estamos fazendo investimentos, se as empresas estão fazendo esses investimentos, elas esperam esse retorno, esse próximo passo. Não se deve implantar algo para depois se pensar sobre o que foi implantado. Hoje, nós precisamos ter um plano de trabalho quanto a isso, e, para nós, como entidade, não está claro qual é esse plano, quais são os próximos passos, quando teremos um INSS digital efetivo que atenda a vários pontos.

Para fechar esta exposição, menciono uma fala da Viviane que eu acho fundamental. Muitas vezes, nós enxergamos o contribuinte, o trabalhador, que faz parte disso, enxergamos o Estado, mas quem opera é a empresa. Eu acho que a empresa precisa ser vista como cliente do Ministério do Trabalho, do INSS, da Previdência, do FGTS. Ela opera, realiza isso, precisa ter uma relação mais clara, com obrigações claras quanto a isso. Ela faz o preenchimento, encaminha as informações.

Esses são os próximos passos. Nas discussões, temos ainda aspectos técnicos para finalizar, para ajustar no eSocial.

Estamos dando um passo? Sim, mas temos ainda muitos aspectos para ajustar, melhorar e simplificar, a fim de que possamos dizer que o eSocial é um sucesso. É um sucesso? É um passo. Eu acho que o sucesso vai acontecer quando conseguirmos enxergar isso como um todo. Para nós, isso ainda não está claro.

Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Rafael.

Passo a palavra à Sra. Valquíria.

**A SRA. VALQUÍRIA CRUZ** - Bom dia a todos.



Meu nome é Valquíria Cruz. Eu agradeço a V.Exa. e a esta Casa por nos receber e me dar a oportunidade, em nome da BRASSCOM — Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, de apresentar uma percepção, uma perspectiva das empresas e dos fornecedores de sistemas e serviços relativa ao programa social.

Queria também fazer minhas as suas palavras, Deputado, em relação à importância, à relevância da tecnologia e da transformação digital para o Brasil. Isso vai trazer produtividade, vai trazer modernidade para o nosso modelo, vai trazer simplificação para todos os nossos processos produtivos.

O eSocial é uma iniciativa que definitivamente é inspirada nesse princípio. Eu acho que isso é reconhecido pela sociedade, é reconhecido pelas empresas e é reconhecido também pelo setor de tecnologia.

É interessante, o termo "eSocial" agora começa a se tornar um pouco mais comum. As pessoas falam sobre o eSocial. Se uma pessoa fala na rua sobre o eSocial, alguém se lembra do que se trata. Na minha casa, todos sabem o que é eSocial a esta altura do campeonato. Mas nós pensamos no eSocial como uma coisa. Pensamos nele como um grande sistema, complexo como é, mas como uma coisa.

Em verdade, o eSocial é composto de diversos componentes, componentes que nós vemos, que são aqueles com que as empresas agora estão interagindo, aos quais elas estão submetendo informações, ou as estão utilizando. Mas há também outros componentes atrás disso, dentro da máquina do Governo, para fornecimento dos serviços.

Hoje, quando uma empresa pensa no eSocial, ela está lidando realmente com o eSocial, a EFD-Reinf, a DCTFWeb e a GRFGTS. Então, são quatro grandes componentes com os quais as empresas estarão interagindo de maneira a fazer com que toda essa máquina tecnológica funcione.

A verdade é que são todos sistemas novos. Cada um desses sistemas tem a sua definição, tem a sua implementação técnica e tem a sua implantação e operacionalização dentro das empresas e dos processos.

O desafio hoje para os fornecedores de sistemas e soluções na área do eSocial, assim como para as empresas, é como eles garantem que fazem tudo isso juntos, como harmonizam todas essas novidades e conseguem, de forma hábil, dentro dos tempos



mandatórios de acordo com a obrigação, cumprir com todos esses deveres, porque são todas peças que estão se movendo ao mesmo tempo.

Essa consideração é muito importante no desenvolvimento deste projeto, porque tem que se garantir que, conjuntamente, nenhum desses desafios sozinho é impossível, mas temos que garantir a factibilidade desse sistema como um todo para a empresa que o está implantando.

Já está sendo um desafio muito grande para grandes empresas que têm o conhecimento, têm a tecnologia e têm a habilidade de comprometer investimentos, mas vai ser ainda mais um desafio para as menores empresas, especialmente para aquelas que se utilizam, por exemplo, dos escritórios contábeis.

Eu gostaria de falar um pouquinho sobre esses principais componentes da solução do eSocial. Primeiramente, falo sobre eSocial e EFD-Reinf. Como já foi mencionado aqui, nós estamos em plena implantação. Para as grandes empresas, para aquelas com faturamento superior a 78 milhões, nós já implantamos o programa. Pelo menos a primeira grande parte do programa já está operando, já está funcionando relativamente bem.

Este foi um ano extremamente intenso de trabalho. Tem sido feito um monte de progressos com os aprendizados que temos tido em relação à implantação desse primeiro grupo.

Nós já estamos na implantação do segundo grupo, começamos a mandar folha de pagamento nesse sistema. Logo depois vem o terceiro grupo. E aí o nosso desafio aumenta, acho, porque, além de todo o desafio técnico, temos um grande volume de empresas que têm menos recursos, que são mais simples e que vão operar esses sistemas. Talvez o que funcionou para as grandes empresas não necessariamente vai funcionar para as empresas menores.

Essas coisas são grandes sucessos do programa. Na minha visão, são grandes sucessos desse programa, mas ainda há elementos que precisamos ajustar para garantirmos que vamos conseguir entregar os objetivos do projeto, e de uma forma que não atrapalhe os negócios das empresas e não atrapalhe os processos dos departamentos de recursos humanos.

Grandes passos em relação ao projeto incluem novas versões. Temos novas versões do eSocial, temos novas versões da EFD-Reinf. Por exemplo, houve a liberação de uma



versão 2.5 recentemente, que é uma versão grande e impactante. Ela vai entrar em produção agora, entre janeiro e abril de 2019.

Já estamos há praticamente 1 ano da inauguração do eSocial para a sociedade. Nós começamos em janeiro de 2018, mas ainda não temos a disponibilização de um serviço chamado eSocial BX. O que é esse serviço? O eSocial BX está definido na documentação do eSocial. O que ele permite? Ele permite a uma empresa recuperar as informações que foram transmitidas até o momento para o eSocial.

Por que isso é importante? Isso é importante numa situação de recuperação de catástrofe. Por exemplo, eu tenho as minhas coisas no equipamento da empresa, e houve um incêndio ou uma inundação. Eu perdi as minhas informações. Tenho que continuar dali em diante. Preciso desse histórico — creio que foi a Sílvia que mencionou que existe a construção de um histórico, as informações têm que estar na ordem. Preciso então daquele histórico para continuar a prestar as informações ao eSocial e também cumprir com as obrigações. O eSocial BX permite a recuperação desses dados.

Outro cenário muito comum é o de empresas que tiveram dificuldades de implementar o eSocial. Ficam um pouco confusas ainda em relação às informações, e estão buscando um novo fornecedor ou um novo escritório contábil. Elas têm que levar essas informações. Se elas não têm essas informações, não conseguem levá-las. Se elas não conseguem levá-las, não conseguem transmiti-las ao novo fornecedor, e esse fornecedor não consegue dar prosseguimento ao envio de diversos dados. Algumas coisas ele consegue, mas ficam buracos. Isso é muito complicado. A empresa que não conseguiu entrar direito no começo não consegue se ajustar mais. Ela fica numa situação de limbo. Isso é muito, muito ruim.

Houve a disponibilização de uma primeira versão que permite a ressincronização de sistemas entre o Governo e as soluções de sistemas do eSocial, mas não há nenhuma data projetada hoje, que seja do nosso conhecimento, para a grande entrega desse serviço. Essa é uma coisa que precisa acontecer urgentemente. As empresas grandes já estão tendo dificuldades em resolver as suas situações de inconsistência por causa disso, e, com a entrada das empresas menores, a situação só vai se agravar. A empresa vai construindo um histórico, de 6 meses, de 1 ano, sem informação ou com informação incompleta, e não consegue resolver mais o problema.

Um terceiro componente em relação ao eSocial e à EFD-Reinf é saúde e segurança do trabalho. Nós estamos em um trabalho neste momento mais intelectual de definição e



de desenvolvimento desse sistema, mas isso vai ser um desafio. Saúde e segurança do trabalho torna-se algo mandatório para as grandes empresas a partir de julho de 2019, mas o ambiente de saúde e segurança do trabalho é diferente, tem uma realidade diferente dentro das empresas. Eu arrisco dizer que 100% das grandes empresas não ousam fazer uma folha de pagamento sem um sistema informatizado, e saúde e segurança do trabalho ainda é um ambiente muito fragmentado, ainda é muito distribuído dentro da empresa, não está muito bem montado, do ponto de vista organizacional, dentro das empresas. Ainda existe muita, muita informação que não está digitalizada, está disponível só no papel.

Então, o desafio não é apenas de tecnologia, não é apenas de definição das especificações do eSocial. O maior desafio, na nossa opinião, vai ser a operacionalização disso dentro das empresas, a transformação de todos esses dados e a reorganização dos processos, para que seja possível fazer isso de forma digital.

Muito bem, isso encerra os nossos comentários aqui em relação ao e Social.

Falo agora sobre a DCTFWeb. O que é a DCTFWeb? É um sistema que faz diversas coisas, mas, do ponto de vista da empresa, é um sistema que se alimenta das informações submetidas ao eSocial e das informações obtidas através da EFD-Reinf, totaliza essas informações e as converte numa guia para pagamento da contribuição previdenciária, do INSS. Esse sistema já está operante, está indo bem. Alguns pequenos ajustes precisam ser feitos para situações específicas de empresas, mas isso já está operando bem para as empresas com faturamento superior a 78 milhões. Algumas empresas estão tendo ainda problemas de dados no eSocial. Por conta disso, elas não conseguem submeter tudo e precisam utilizar procedimentos de contingência. Então, um desafio para a DCTF-Web é descobrir como criar documentação e como ajudar o eSocial de forma que as informações da DCTF fiquem mais consistentes.

Por último, vou alongar minha intervenção por mais 2 minutos para falar sobre a Guia de Recolhimento do FGTS — GRFGTS. Ela teve vários avanços no último semestre, para endereçar os problemas que haviam sido apontados pelas empresas. Então, houve progresso, que causou diversas alterações técnicas no desenho. A intenção é simplificar o sistema e tornar isso mais transparente para as empresas.

Nós estamos agora num momento de testes. Ainda há problemas de instabilidade no sistema da GRFGTS, mas já é possível exercitar cenários em que se envia informações e se começa a ver a guia gerada. A verdade é: o que nós estamos testando agora não é o



sistema que vai ser operado no ano que vem. Essa versão não é a versão final. Isso é um desafio, porque, quando a versão final tornar-se disponível, ela vai precisar ser retestada. Como é natural, nós temos encontrado situações que vão exigir transformações. Sabemos que uma documentação que foi liberada agora, no final deste ano, vai ter que ser alterada, vai ter que ser atualizada.

E o prazo de fevereiro de 2019, por todos esses motivos, nós não consideramos factível para entrada em produção nessas grandes empresas. Alguma medida vai ter que ser tomada rapidamente para reorganizar esse cronograma, de forma que tenhamos um tempo maior para adaptar as empresas e os sistemas ao novo método da Caixa. A sugestão seria reorganizar o cronograma ou permitir uma convivência mais longa com a SEFIP, de forma que a empresa possa ingressar no momento em que estiver preparada.

Em resumo, é isso. Eu acho que os principais pontos seriam, realmente: maior informação, maior organização, visibilidade do cronograma, um cronograma que se alinhe melhor a essa situação de implantação do programa, e eSocial BX, porque nós realmente estamos muito carentes desse serviço.

Obrigada a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Valquíria.

Passo a palavra ao Ricardo Vaz da Silva, Presidente Regional da ASSESPRO.

**O SR. RICARDO VAZ DA SILVA** - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer, em nome do nosso Presidente Jeovani Salomão, a oportunidade de estar aqui apresentando a visão da ASSESPRO sobre o eSocial. Na verdade, nós só temos que elogiar muito do que foi feito. É claro que há questões a serem resolvidas, mas é um desafio um programa deste tamanho.

Vou ser breve, acho que muito já foi dito aqui, e os nossos pontos vão acrescentar pouca coisa. Mas gostaria de alertá-los para algumas coisas.

Por exemplo, no portal há uma documentação rica, muito bacana, muito completa, mas não temos visto a informação chegar ao usuário final, que é o empregador. Estou me referindo muito mais ao pequeno empregador, que ainda não foi alertado sobre a gravidade, sobre as obrigações e sobre o que tem que ser feito. Acho que temos que fazer um esforço maior, porque isso tem recaído sobre os contadores. As empresas menores têm uma relação que, em geral, dá-se através do contador. O empregador, que é o agente, não está muito preparado para responder a isso, e não é por falta de informação, já que é extensa a



informação, é porque ele não está sabendo da gravidade da situação e da responsabilidade que passa a ter com esses prazos.

Pegando esse gancho, eu gostaria de fazer uma complementação. As coisas que são exigidas — é claro que estava tudo previsto em lei, o eSocial não inventou nenhum prazo, não criou nenhuma data, ao menos naqueles processos que são inerentes a ele próprio — passaram a ser muito discutidas em função da exigência da sincronicidade entre o fato e a comunicação.

Vamos falar da questão da saúde, que foi tratada aqui. O empregador, que não está muito alerta quanto a isso, tem que comunicar seu contador, que vai comunicar alguém, que vai indicar isso. Qual é o nosso temor em relação a isso? Eu sou muito reticente quanto à alegação de que a tecnologia consegue alterar o comportamento das pessoas, de fato. Acho que tende a haver um meio-termo nessas coisas que nunca é muito bom. As pessoas vão começar a buscar mecanismos e falhas para contornar essas situações. Então, se um cara teve um acidente no dia 3, mas eu não comuniquei e hoje é dia 15, então digo que o acidente dele ocorreu no dia 15. Assim, criam-se informações erradas por questões que, se não comprometem a integridade do projeto, a integridade dos dados, poderiam ser analisadas no que se refere aos prazos, à forma de comunicação. Não me refiro somente aos prazos, mas também ao conteúdo. Eu tenho um *layout* que, às vezes, é muito complexo, e o cara daquela pequena empresa, volto a dizer, pode não estar preparado para isso. O cara que vai entrar agora, que não está sendo muito pressionado, não tem toda a informação naquele momento, mas ele pode ter daqui a pouco.

Então, se isto não causar comprometimento e não for um esforço enorme, sugiro colocarmos nos momentos adequados as informações corretas, para criar condições de preenchimento. Há um cadastro tem 250 campos. Todos esses campos têm que ser informados no mesmo momento? A pessoa dispõe da informação no mesmo momento? O contador que está fazendo o registro de um funcionário de uma pequena empresa vai procurá-lo para dizer: *"Não, não posso fazer isso, porque eu preciso de toda a documentação. Você vai ter que trazê-la"*? Esse cara gasta 5 dias para conseguir essas informações; ele vai perder 5 dias de salário! Faz diferença. Volto a dizer: se isto não causar comprometimento e puder ser analisado, nós gostaríamos muito de contribuir, porque vários associados que atuam neste segmento — inclusive um deles está aqui comigo — têm enfrentado muito essa dificuldade, o foco deles é o atendimento dos contadores, que





são terceirizados e que, na verdade, até aqui eram os responsáveis por tudo. Está demorando os empresários entenderem que a responsabilidade é deles, e não do contador. Até que isso ocorra, nós vamos viver um período em que esses prazos terão que ser praticáveis nessa relação, que é a relação existente, como nós vivemos hoje.

Ademais, acho que é isto: houve evolução. Os *layouts* têm melhorado, percebemos que está sendo feito um esforço genuíno para que as coisas funcionem. Acho que é admirável todo o esforço que está sendo feito, acho que muita coisa bacana foi construída. Todos nós queremos a mesma coisa: simplificar. Mas, às vezes, na ânsia de simplificar — eu sou da área de tecnologia e sei como é isso —, o técnico acha que o "simplificar" é simplificar a vida dele. (*Risos.*)

A realidade é complexa, então temos que trazer um pouco dessa complexidade para dentro da aplicação, se quisermos atender ao nosso usuário, que, como bem dito aqui, é o cliente final de todos os senhores.

Então, sugiro que seja feita uma análise dos prazos e até dos conteúdos a serem informados nos mecanismos de *webservice* e tudo o mais, a fim de flexibilizar algumas coisas e tornar possível uma convivência mais fácil para esse pequeno. Nós temos que entender isto: se o contador não está dentro da empresa, ele tem dificuldade de comunicação, e a informação não flui da forma como gostaríamos, da forma ideal. Talvez alcancemos isso, mas, neste momento, isso não vai acontecer. Então, vamos viver um momento muito difícil. Acho que isso tem que ser observado.

Ademais, há tudo isso que nós estamos vendo. São sugestões que vêm surgindo. Sobre a implantação, acho que muita coisa vai aparecendo. Mas o comportamento do pequeno é bem diferente do comportamento do grande. Com o grande, está se tratando de uma estrutura quase que em bloco; com o pequeno não, pois ele é diverso, e tem um cara que o atende no jurídico, um cara que o atende na saúde, um cara que o atende na contabilidade. Por isso, eu acho que tem que ser observado que há um outro comportamento.

Era isso que eu tinha para acrescentar. Quero só elogiar todos os comentários que foram feitos. Todo mundo está empenhado numa boa causa, numa excelente causa. Quero agradecer novamente ao Deputado Odorico e ao Deputado Pansera pelos esforços, por tentarem facilitar toda essa comunicação. Todos nós estamos com o mesmo propósito: ter uma boa solução sem dúvida nenhuma.



Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Ricardo.

Passo imediatamente a palavra para o Sr. Evandro dos Santos, da Senior Sistemas.

**O SR. EVANDRO MEES DOS SANTOS** - Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade.

A Senior é uma empresa desenvolvedora de *softwares*, com capital 100% nacional e que investe, hoje, mais de 14% da sua receita em P&D. Nós temos mais de 7 mil clientes, com mais de 6 milhões de empregados processados mensalmente, o que representa algo entre 15% a 20% de toda a força de trabalho celetista do Brasil.

Em relação ao eSocial, entendemos que essa é uma grande oportunidade de reduzir a burocracia através de uma base única, a partir de um processo único, o que, sem dúvida, vai gerar ganho de produtividade para as empresas, com redução de tempo e esforço para atender todas as obrigações.

Desde o início, desde 2013, o nosso papel sempre foi o de assumir uma participação ativa no processo, participando do GT Confederativo, do GT Piloto, de fóruns e grupos de discussão. Temos até grupo de WhatsApp para troca de informações, homologações no SERPRO e assim por diante. Desde o início, temos trabalhado adequando o sistema ao *layout* e atuando junto ao Comitê do eSocial e aos clientes.

O nosso trabalho sempre foi em conjunto com as demandas dos nossos clientes, que são de todos os ramos da atividade econômica, do agronegócio, da indústria, da escola e do hospital, e que têm particularidades diversas. Só para dar um exemplo, houve uma situação em que trabalhamos a seis mãos — a Senior, o cliente e o Comitê do eSocial —, referente a uma grande cooperativa de café do Estado de Minas. A partir desse trabalho, foi possível refinar e chegar ao resultado final do *layout* do S-1250, referente à aquisição de produção rural. Esse é um exemplo daquilo em que nós vimos atuando.

Então, o meu papel aqui hoje é falar em nome desses 7 mil clientes, em nome desses 6 milhões de colaboradores, de empregados que têm a sua vida afetada por todo esse contexto que está sendo discutido aqui. Nós estamos com 100% dos nossos clientes da Onda 1 em dia com o eSocial, o que é uma grande conquista nossa. São acima de 1.300 empresas.

Em 2018, quando o eSocial se tornou, de fato, uma obrigatoriedade, após um histórico todo de adiamentos e novos *layouts* e tal, o que se percebeu? Primeiro, percebeu-se um



despreparo das pessoas e das empresas. Talvez até fruto das sucessivas prorrogações, a maioria apostou que ele não iria vingar. Esse é o primeiro fato.

A consequência disso foi que as empresas não se prepararam, que o dever de casa não foi feito. Isso significa que os processos não foram ajustados, as pessoas não foram capacitadas. Até a comunicação com os colaboradores e a própria forma de o empregado se relacionar com a empresa sofreram mudanças. O exemplo do atestado médico que alguém citou ainda há pouco é uma das adequações que vai ter que ser feita.

Mas o eSocial não foi prorrogado. O que aconteceu, então? Uma correria, e de todos ao mesmo tempo. Isso se deu no contexto de um ambiente novo, de um sistema novo tanto para o Governo quanto para as empresas. É claro que isso gerou dificuldades operacionais, gerou custos para as empresas. Só este ano, foram mais de 30 atualizações de versão de produto, foram mais de 30 alterações, que aconteceram com normas técnicas, notas técnicas, novos *layouts*, notas evolutivas e assim por diante.

Como nós estamos vendo este momento? As empresas da primeira onda estão conseguindo fechar sua folha e enviar seus dados. Mas ainda existem várias dúvidas em relação ao processo como um todo. Aqui foram dados exemplos referentes aos recolhimentos, em relação ao que ainda vem pela frente na parte de segurança e saúde do trabalho, à interação com o Governo, à evolução de *layouts*, etc. Pequenos detalhes continuam sendo ajustados; três a quatro vezes por mês, saem evoluções com tempos de implementação muito curtos.

Houve o exemplo de uma alteração ser divulgada na quinta-feira, com obrigatoriedade de execução a partir da terça-feira da semana seguinte. Imaginem, em praticamente 4 ou 5 dias corridos, ter o entendimento correto da alteração, ter que fazer a alteração, ter que fazer os testes e ter que disponibilizar a versão de produto para os clientes, para eles fazerem o *download* e a atualização de seus sistemas e passarem a operar no novo *layout*. Isso tudo teve que ser feito em 5 dias.

Esse calendário que foi sugerido ainda há pouco, da implementação do SST no ano que vem, é extremamente pertinente, e corroboramos essa sugestão.

Ainda existe uma questão referente a multas. As empresas ainda estão temerosas de serem autuadas pelo não cumprimento do envio dos *layouts*, o que, em muitas vezes, não dá certo por problema da empresa, por problema de base, por problema de informação dos colaboradores, por haver, de vez em quando, uma instabilidade da própria plataforma.



Então, tem que se gerar de novo. Não se sabe se deu direito, se não deu e assim por diante. Isso nos leva a ter algumas preocupações daqui para a frente.

A entrada das empresas de pequeno porte é extremamente preocupante. Se isso já acontece com as grandes, que têm sistemas de informação mais sofisticados, processos mais sofisticados, pessoas especialistas em todas as suas funções dentro das suas áreas de RH, do jurídico, da contabilidade, imaginem com uma empresa, uma microempresa que tem lá 3, 4, 5 pessoas, que todos fazem tudo, a grande maioria, com serviços terceirizados, como já foi dado o exemplo aqui, por uma assessoria jurídica, por uma assessoria contábil. São processos muito mais simples, mas como eles vão se adequar a essa realidade?

Tenho outra preocupação em relação às formas de recolhimento. Nós falamos de um sistema de uma base integrada e, quando se chega a um momento do recolhimento da Previdência, do Imposto de Renda, do FGTS, nós temos meios, temos caminhos diferentes, temos jeitos diferentes em tempos diferentes. Já foi sugerida aqui até uma adequação de prazo também. Corroboramos com essa sugestão igualmente.

A divulgação, apesar dos últimos movimentos, dos últimos meses, ainda é tímida diante dos clientes, mesmo havendo portal de dúvidas, uma plataforma, um *call center*, digamos assim, para atender às dúvidas. Muitas empresas, contudo, não sabem o que é o eSocial ainda. Nós tivemos centenas de casos de clientes que disseram: "*onde eu dou o enter para rodar o eSocial no novo sistema?*". Ele não entendeu nada do que é o eSocial, a adequação de processos, as novas formas de se relacionar, qual é o objetivo do eSocial, as implicações nos processos internos. Ele não entendeu o que é o eSocial. Imaginem agora, com a entrada das pequenas empresas, o impacto que isso vai ter.

Acho que é importante destacar essa questão de tirar as dúvidas, de a informação estar disponível. Um trabalho que nem seria bem a nossa praia, mas que nós acabamos fazendo, é o de cobrir essa lacuna de divulgação, de assessoria a empresas, para dizer: "*Não, isso você vai resolver desse jeito. Daqui para a frente, é dessa forma*".

Por fim, nessa parte de segurança e saúde do trabalho, que é uma preocupação também em função dessa distribuição da informação, a informação não está digitalizada, conforme foi dito. Ela é uma dificuldade extra que existe em relação ao Atestado de Saúde Ocupacional — ASO, ao acidente de trabalho, à Comunicação de Acidente de Trabalho — CAT e outras coisas. Temos, então, a sugestão de que, nessa etapa, por exemplo, nós trabalhássemos mais próximos ainda no sentido de ter um trabalho dentro do Serviço



Federal de Processamento de Dados — SERPRO, por exemplo, com empresas selecionadas, com clientes-piloto, com empresas-piloto, com desenvolvedores de *software*, para *in loco* se fazer um trabalho conjunto, uma sala de guerra, para testar, simular situações, e nós não ficarmos tanto no individual. Creio que, coletivamente, assim seria mais produtivo.

Eu acredito que o eSocial seja uma oportunidade para as empresas se tornarem mais competitivas, reduzirem seus custos, terem mais segurança nas informações de que o Governo dispõe, a partir de uma plataforma única. As empresas buscam melhorar seus resultados, buscam eficiência operacional. Isso, sem dúvida, é um grande diferencial, além do próprio Governo na sua eficiência de gestão.

A Senior se coloca à disposição para continuar colaborando com todas as entidades, com todos os órgãos. Podem contar conosco sempre.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sr. Evandro.

Bom, eu acho que nós terminamos aqui uma rodada importante da audiência pública. Eu vou falar um pouquinho rapidamente sobre o que eu estou sentindo.

Um grande cientista judeu americano chamado Donabedian, que fez na década de 70 um grande trabalho sobre a questão da produtividade, da eficiência, da eficácia e da efetividade do sistema hospitalar americano, criou uma equação muito interessante: resultado é estrutura mais processo.

Eu estou sentindo falta da parte do Governo aqui, das instituições. Qual era a nossa expectativa agora? Não há necessidade de ninguém defender o eSocial, porque já há mais ou menos um consenso. O que nós queríamos era mais sobre o processo mesmo. Então, eu acho que essa fala do Sr. Evandro, um pouco da fala da Sra. Valquíria e um pouco da fala do Sr. Rafael expõem as preocupações. Qual era a expectativa que nós tínhamos? Nós temos um *Business Intelligence* — BI aqui, por exemplo, de quantos aderiram, de quantos não estão, de qual nível de problema, de onde estão as grandes questões?

Faltou, então, por parte eu acho que de toda a estrutura do Governo, falar sobre como estão os processos e como está o aprendizado que os senhores estão tendo ao longo desse processo. Não é coisa fácil estabilizar sistema, garantir integração, interoperabilidade, aderência a tudo isso num espectro imenso de um País extremamente... Uma coisa é se trabalhar com as grandes empresas, que têm toda a estrutura de Tecnologia da Informação



— TI por trás e *know-how* e, mesmo assim, me parece que não é uma coisa que está dada. Eu senti falta disso.

Eu queria que, na segunda rodada, talvez numa próxima, se acontecer no próximo semestre e tal... Eu acho que, a cada semestre, talvez haja isso, até porque agora vão entrar as microempresas, vão vir mais as demandas e depois vai entrar o setor filantrópico. Depois, me parece que a próxima etapa seja o Governo. Então, eu acho que sistematicamente nós vamos ter, pelo menos a cada semestre, uma audiência desta aqui na Casa, para ir alinhando.

Para nós que acompanhamos esse debate, construímos interlocução e precisamos repercutir esse debate aqui na Casa com os vários atores envolvidos, é muito importante nós termos da parte do Governo os processos. E aí onde estão os *dashboards* que estão acompanhando? Se é que existe algum espaço do Governo. Entendendo agora, há outro argentino, o Mário Testa, que diz o seguinte. Ele tem o postulado de coerência, em que apresenta: "*Propósito, método e organização*". Eu trabalhei isso no meu doutorado e estou aqui vendo mesmo como essa equação do Mário Testa vai se dar dentro deste Governo. O Governo está assumindo agora com um grande propósito e com um capital eleitoral grande. Dentro do propósito, ele está juntando: Fazenda, Planejamento e Ministério da Indústria e Comércio: um que tem que arrecadar, um que vai gastar e outro que tem que ter incentivo para empreender. (*Risos.*)

Esse é o propósito de juntar tudo isso. Depois será necessário juntar tudo isso dentro de uma organização. Mário Testa diz que a organização condiciona duplamente o método e o propósito.

Eu só estou colocando isso para dizer que, quando estamos discutindo principalmente com a parte do Governo, é muito importante entendermos os processos que estão acontecendo. Então, evidentemente, daqui a 6 meses, saberemos como a estrutura da nova máquina estará rodando. Isso também vai ser muito importante, porque cada um deste grupo que está aqui vai trabalhar no seu dia a dia, e a velha mão invisível vai tocar isso aqui no mercado. O Governo, não. A mão visível do Governo é representada pelas estruturas e processos que estão acontecendo.

Então, eu colocaria como dever de casa para as próximas audiências que nós nos centrássemos mais nos processos e menos na defesa dos conceitos. Eu acho que já há um alinhamento conceitual, já há um alinhamento, digamos, de propósito em relação a isso.



Não há ninguém contra. A grande questão que faz com que nós, de certa forma, convoquemos as audiências públicas — e nós estamos monitorando isso — é exatamente o acompanhamento de processos.

Nós estamos falando de grandes estruturas de TI: barramentos, sistemas de interoperabilidade, integração de sistemas, APIs que vocês fornecem para a integração das empresas. Como é que essas estruturas trabalham verdadeiramente no dia a dia? Isso está facilitando a vida de todo mundo. Então, a observação que eu queria colocar é exatamente essa.

Dito isso, eu gostaria, então, de passar a palavra aos inscritos. Geralmente nós usamos a lista de inscrições, mas eu acho que podemos abrir para três pessoas. Vamos dar um teto até 12h30min para tentarmos concluir nos próximos 15 minutos ou 20 minutos. Eu vou abrir para quem queira participar e depois vou devolver a palavra para todos fazerem suas considerações finais. E, evidentemente, se alguém for provocado, as perguntas serão dirigidas. Eu só queria que as pessoas se identificassem e dirigissem a pergunta para quem for interessante.

Por favor, podem levantar a mão que vou fazer a inscrição aqui. É só apertar essa tecla aí.

**O SR. PEDRO REIS** - Meu nome é Pedro Reis. Eu sou gestor da Tron Informática e trabalho na área de desenvolvimento de *software*. A Tron Informática é uma empresa de Goiânia. Assim como a Senior, nós desenvolvemos *softwares* para a área contábil, fiscal e trabalhista. Hoje, em todo o Brasil, nós temos mais de 5 clientes, somando aí mais de 200 mil empregadores contribuintes que terão que fechar a sua folha de pagamento através do nosso sistema, para cumprir com as obrigações do eSocial.

Nós estamos nesse projeto há mais de 5 anos e acreditamos muito nas premissas do eSocial. Há mais ou menos 1 ano e meio nós fizemos uma parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, bem como com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará, com o objetivo de levar um *workshop* para os nossos clientes contadores, empresários finais, para conscientizar esses clientes com relação à nossa preocupação. Hoje, na Tron Informática, nós temos muitos clientes de porte médio para pequeno e alguns clientes do primeiro grupo, sim, que também conseguiram cumprir suas obrigações, inclusive fechar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais — DCTFWeb, mas uma das grandes preocupações refere-se à informação.



Assim, eu direciono a minha pergunta ao José Alberto Maia, a quem inclusive acompanho muito de perto, desde o Portal Árvore do Conhecimento, que ajudou bastante no desenvolvimento do nosso projeto, e que agora traz o curso *eSocial Ponto a Ponto*, que vem realmente fortalecer o nosso conhecimento. Nós já fizemos mais de 80 eventos de *workshops* com esses clientes, José Alberto Maia, tanto ao vivo como através de webinar. Inclusive fiz um na terça-feira, em Jataí, com mais de 50 contadores e gestores de recursos humanos e departamento de pessoal. Na maioria desses eventos, a minha maior preocupação com relação ao eSocial vem à medida que eu vou conceituando a obrigação do eSocial, falando os pormenores de cada evento. Eu começo fazendo um *quiz* de 30 perguntas sobre o eSocial. Como exemplo, eu pergunto a eles para que serve a Tabela S-1005 e qual o principal impacto dela na contribuição social. A minha grande preocupação é que as pessoas olham para mim e falam: "*O que o Pedro está falando? O que é isso, meu Deus?*" Isso tem sido recorrente na maioria dos eventos. Então, esta é a minha preocupação: como nós podemos fazer com que essa informação chegue ao cliente final, como o Ricardo falou, ao pequeno empresário, para que ele tenha consciência do impacto dessa obrigação na sua vida a partir de agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Pedro.

Mais alguém quer fazer pergunta? (*Pausa.*)

Então, agora faremos as considerações finais dos representantes do Ministério do Trabalho, da Secretaria da Previdência, da Receita Federal, do INSS e da Caixa. Como o José Maia foi citado, começaremos por ele.

Todo esse material vai estar disponível nas páginas das duas Comissões da Câmara, por se tratar de uma contribuição importante de alinhamento de processos. Este debate faz parte do dia a dia dos senhores no Comitê, e com ele estamos, neste momento, abrigando, aqui na Casa do Povo, esse acompanhamento tão importante deste momento histórico da relação Governo e sociedade no Brasil.

Tem a palavra o Sr. José Maia.

**O SR. JOSÉ ALBERTO MAIA** - Sendo esta a oportunidade de fazer as considerações finais, depois de tanta coisa importante que foi dita, eu chamaria atenção, antes de chegar à pergunta do Pedro, com relação ao que vem à tona, ao que salta aos olhos aqui: o nível dos agentes que estão envolvidos neste processo e o nível de aprofundamento que já existe. Eu acho que isso foi muito importante.





A Val falou sobre cronograma, sobre a importância do eSocial BX, e o Rafael fez referência a muitos outros pontos. Eu acho que isso tudo mostra a importância da manutenção desse canal que nós criamos no GT Confederativo, onde cada ponto desse, que mereceu todo um ressaltado neste momento, há de ser tratado. Nós temos sensibilidade acerca das dificuldades que existem.

O colega da ASSESPRO também chamou atenção para algo muito importante, que, antes de chegar à resposta ao Pedro, eu diria que é o que emerge de tudo isto aqui. Todos tocaram em um ponto muito importante: a comunicação. Talvez seja esse um dos maiores *bugs* do nosso projeto, uma das maiores dificuldades. Já chegamos a preparar diversas peças publicitárias, aprová-las, e, no final das contas, elas não chegaram ao grande público. Desde a criação desse GT Confederativo, houve uma demanda específica do então Presidente da FENACON, que dizia: *"O que mais precisamos de vocês é que levem a notícia, a necessidade e a importância para o grande público, para não parecer conversa de contador"*. Essa talvez seja a demanda do Pedro. Sabemos o quão importante é a comunicação hoje.

Por mais inoportuno que pareça, quero elogiar novamente o Deputado Odorico Monteiro. Eu nunca vi um médico ter tanto conhecimento de sistemas. Ele traçou um diagnóstico muito correto e preciso com relação a onde a coisa pega, que é nesses processos.

Eu sempre nos perdoo, de certa forma, porque nunca passamos por um momento de tanta instabilidade, de tanta mudança no serviço público. Começamos como cinco entes e nos tornamos cinco entes distintos e não sabemos o que vamos ser na segunda-feira. E, diante de tudo isso, por causa da natureza do projeto, conseguimos preservar a sua essência e dar continuidade a isso.

Especificamente com relação à resposta ao Pedro, o que eu acho que veio coroar o que ressaltou aqui deste debate é a necessidade de comunicação. Nós sabemos que temos que melhorar a nossa parte, mas não tenho dúvida de que o papel principal, o protagonismo neste processo, é dos senhores, não só de todas as confederações mas principalmente do setor contábil, fazendo esses cursos, levando essa notícia e esses treinamentos importantes. A divulgação dessa boa nova é uma grande oportunidade para os senhores e para nós, porque, sozinhos, já vimos nossa dificuldade para fazer essa comunicação da melhor forma. Os senhores têm feito um papel fundamental.



Você falou da Árvore do Conhecimento. Eu fiz a propaganda do curso da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho — ENIT, mas, muito antes, o setor contábil já teve a iniciativa de criar também um treinamento, um curso que leva a notícia a todo mundo.

Então, o que esperamos do setor contábil e da área de segurança e saúde é que levem essa boa nova, para que cada um se veja no projeto e passe a ser, assim, um multiplicador. Assim nós conseguiremos chegar ao outro lado.

Agradeço mais uma vez.

Fiquei muito feliz com a notícia de que poderemos dar continuidade a estas audiências públicas nesta Casa do Povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, José Maia.

Passo a palavra ao Jarbas Félix.

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Continuando a fala do Maia, que mencionou a Casa do Povo, eu diria que viemos para cá também aprender um pouco com relação a alinhamento, a processo, a resultados e acerca de qual é o nosso propósito. O nosso resultado com essa estrutura e o processo, como foi dito pelo Deputado, é que nós precisamos saber um pouquinho antes o que se espera de nós. Qual é o resultado disso?

Nós estamos fazendo o acompanhamento com as dificuldades inerentes ao que o Sr. Maia falou sobre as nossas condições de trabalho. O Governo mudou várias vezes, e esse projeto continua sendo um projeto balizador, ele tem algo que está naquele tripé falado pelo representante do Conselho.

Deixem-me fazer uma colocação aqui sobre algo que foi falado, o SST. Nós também estamos assim com relação à Previdência e essa coisa toda. Nós temos conversado com os senhores — e há muito tempo — sobre os tempos e movimentos, ou seja, em qual tempo isso daí seria urgente. E, da mesma forma, vou pegar a última fala do Evandro: se não for colocado "*é agora*", ninguém se prepara. Infelizmente, esta é a nossa cultura, é a cultura do brasileiro.

Então, nós vamos precisar fazer agora com que o pessoal entenda o que está sendo feito e vai continuar sendo feito e não vai parar. Eu acho que esse é o melhor resultado em relação ao que nós estamos falando aqui agora neste tempo em que nós vamos nos aprofundar melhor sobre quais foram os problemas, quais foram as soluções apresentadas nesse meio tempo, o que nós desejamos e aonde nós queremos chegar.



A Previdência em si, com relação aos órgãos públicos nos quais está sendo feita a gestão, nós estamos vendo que nós vamos ter algumas dificuldades com eles, e, por isso, eles estão lá no finalzinho do trabalho. E assim vai sendo feito, e os contadores e o pessoal dos sistemas estarão mais preparados para ajudar a que nós estejamos falando sobre isso.

No que se refere ao *layout*, às NDEs, nós temos necessidade de ser mais ágeis. E nós sabemos que vamos dar problemas para os senhores, mas nós estamos fazendo o possível, porque toda vez que nós fazemos isso é em decorrência do que os senhores falam: "*Olhe, isso não vai dar certo*". Então, é nesse momento que a nossa equipe fala: "*Olhe, então, vamos dar uma resposta mais rápida para poder acertar o que o layout não está contemplando hoje*". Respondendo ao Pedro também sobre como responder a isso.

Então, com relação à nossa comunicação — que estava e ainda está deficitária —, nós temos esses nossos problemas. Quando nós falamos em fazer um lançamento de comunicação, nós tivemos o próprio pleito eleitoral que barrou: "*Olhe, não pode falar nem colocar que é do Governo Federal*". Então, isso também prejudicou o que nós estávamos fazendo.

A partir desse ano que começa, nós vamos ter um direcionamento e aí nós vamos saber como nós vamos estar estruturados para poder acompanhar isso. Enquanto isso, nós estamos aqui para fazer este diálogo e este debate e passar para aqueles que estão acima de nós.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Eu acho que fica clara a resistência ao eSocial ao longo desse período. Existem algumas políticas, como eu sempre digo, que sempre avançam apesar dos Ministros, apesar dos Governos. Eu acho que este é o nosso desafio: mais política de Estado e menos política do Governo. A realização destas audiências aqui é o esforço que fazemos para fortalecer essa perspectiva. Eu diria que o desafio dos próximos meses para o eSocial é consolidá-lo como política de Estado. E política de Estado é compartilhada entre Governo e sociedade, é fruto desse compartilhamento; no caso, Executivo e sociedade — empresas, sociedade civil e o próprio Governo no futuro. O nosso papel aqui é exatamente fazer esse acompanhamento, para construir esse espaço de diálogo. Fica para nós que o eSocial está se consolidando como política de Estado. Eu acho que isso é uma coisa importante, e este é o espaço para debatermos processos de aprimoramento dessa política.



Dito isso, concedo a palavra ao Altemir, da Receita Federal.

**O SR. ALTEMIR LINHARES DE MELO** - Muito bem, Deputado. Agradeço a oportunidade e gostaria de registrar que, mesmo para a Receita Federal, que já implantou nove módulos do SPED — Sistema Público de Escrituração Digital, o eSocial é um aprendizado constante. Ele nos surpreendeu positivamente em alguns aspectos e nos preocupou em outros, principalmente porque ele envolve uma área das empresas que não está tão familiarizada com a tecnologia, com as escriturações digitais. Na área fiscal, já há um alinhamento muito mais fluídico nesse processo, e a área de recursos humanos está agora buscando uma aproximação com esse ambiente.

Então, isso foi uma das maiores dificuldades que tivemos nesse processo. E outra que o Rafael bem colocou são os esqueletos dentro do armário que só descobrimos agora, quando começamos a colocar isso dentro do processo de escrituração. Tudo isso criou um pouco mais de dificuldade do que era esperado, e estamos trabalhando *pari passu* a cada etapa, a cada momento, acompanhando e tentando viabilizar o processo.

Dada as limitações que temos como Governo que somos — limitações de recursos, de orçamento, de pessoal —, nós precisamos priorizar as etapas, a forma de atuação do comitê gestor. Então, num primeiro momento, o foco foi estabilizar o sistema, ou seja, implantar e corrigir todas as eventuais dificuldades e estabilizá-las. Isso nós já fizemos. Temos algum outro ponto ainda pendente em curso, mas isso é etapa vencida. Agora nós nos voltamos, de fato, a uma interação maior, a criar ferramentas de suporte, a tentar criar os canais que facilitem o processo, justamente para esse grupo de contribuinte de menor capacidade tecnológica, que nós já colocamos numa fase de final da fila, justamente para termos tempo de nos preparar para isso. Num primeiro momento, os grandes contribuintes não demandavam tanto esse nosso apoio, esse suporte do comitê gestor, e agora estamos trabalhando nisso.

Então, hoje, já temos uma série de ferramentas que estão sendo colocadas à disposição; outras entrarão muito em breve. Eu cito aqui o *call center*, que faz mais de 40 mil atendimentos por mês. No nosso Fale Conosco mais de 1.000 atendimentos de alto nível são feitos. Salas especiais estão sendo montadas em todas as grandes capitais do País. Agora criamos as salas virtuais. Em São Paulo, tivemos a primeira edição no dia 27, já com quase mil pessoas interagindo nesse ambiente virtual. Quer dizer, essas são formas



de disseminação da informação que irão contribuir muito nessa fase que se avizinha aí com os pequenos contribuintes.

Também trazemos, Deputado, uma informação que cabe a todos: a nova página do eSocial entrará no ar em breve, totalmente reestruturada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com muito mais informação e permitindo que os vídeos do Dr. Maia estejam acessíveis, com fácil acesso; que os vídeos que a Receita produziu em relação à Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais — DCTFWeb também estejam acessíveis e possam ter a penetração que se espera. Isso tudo entrará no ar nos próximos dias e facilitará todo esse processo.

Fica aqui a nossa expectativa. É claro que são projetos de Governo, é uma política de Governo o eSocial, mas ele certamente será impactado por decisões que verificaremos nos próximos dias. Estamos aguardando para definirmos os cronogramas e as etapas com mais concretude.

Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Altemir.

Tem a palavra o Roberto.

**O SR. ROBERTO DAL COL FILHO** - Em nome do INSS, agradeço à Casa a iniciativa de trazer todo mundo aqui para, de forma harmoniosa, uniformizar o entendimento em relação ao eSocial.

Como considerações finais, eu trago aqui a mesma preocupação da colega Valquíria e do colega Evandro, que, neste momento, seria a comunicação com os empregadores de menor porte, cuja facilidade que os grandes empregadores têm não chega até os pequenos empregadores. A fase que já ultrapassamos, como disse o colega Altemir, do processamento dos dados, já está basicamente superada. Tínhamos medo de não dar conta do volume de processamentos. Hoje já conseguimos estabilizar isso. Já processamos, em alguns momentos, 70 milhões de eventos recebidos em um único dia. A média hoje está em 30 milhões, e estamos dando conta até com uma sobra no processamento.

Então, hoje, o processamento não é uma preocupação, e estamos indo para a fase cuja preocupação é se os pequenos empregadores conseguirão fazer, de forma clara e limpa, essa primeira entrada dos dados no eSocial. Se eles não conseguirem, o cidadão lá



na frente, quando ele for requerer os seus direitos previdenciários, o INSS terá que fazer um retrabalho para arrumar essa entrada que não entrou tão limpa.

Portanto, registramos aqui que a nossa preocupação, enquanto INSS, é que a comunicação seja mais efetiva, e estamos trabalhando para isso. Temos aí, como disse o colega Altemir, salas abertas para que os empregadores possam participar e tirar suas dúvidas para evitarmos no futuro um retrabalho por parte do INSS. Que possamos até automatizar os nossos fluxos de trabalho.

A aposentadoria e o salário-maternidade já estão sendo tratados de forma automática. O ideal é que o eSocial consiga fazer com que todos os vínculos trabalhistas entrem de forma clara, não necessitando de retrabalho devido ao empilhamento, porque, se eu errar na entrada e lá na frente, 5 anos depois, eu perceber que houve uma falha, vou ter que desfazer tudo e fazer novamente.

Essa é a nossa principal preocupação hoje enquanto INSS. Mas, fazendo uma análise, desde a implantação até o presente momento, estou muito feliz com os resultados que o eSocial está trazendo. Só há a questão de divulgação para que isso que está acontecendo nesta sala neste momento seja republicado para todos os brasileiros, porque são eles que irão consumir a entrega do eSocial,

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Roberto.

Tem a palavra a Sílvia.

**A SRA. SÍLVIA APARECIDA ZIEMBA MORENO** - Primeiramente, quero agradecer a oportunidade. Como técnica, eu vim trazer mais o conhecimento técnico e a valorização desses dados para a concessão do benefício previdenciário. Nós lidamos diretamente com o segurado, nós não lidamos com as empresas. Então, às vezes, fica até difícil eu dizer: eu vou exigir que a empresa me apresente o recibo do eSocial cujo evento de admissão foi mandado. A partir de agora vou fazer isso. Tudo bem. Mas qual é a força que nós temos com o segurado na nossa frente? Eu atendo o segurado. A empresa vai ter que passar a disponibilizar esse dado a ele, porque essa é a segurança de que o dado vai constar em nossa base de cadastro para os efeitos previdenciários necessários, e não só previdenciários, porque hoje a base do CNIS é usada para o seguro-desemprego e outros órgãos que se utilizam também dessa base.



Portanto, nós temos que pensar que o Cadastro Nacional de Informações Sociais — CNIS não é mais uma base, e, sim, a base de cadastro de vínculos laborais, da vida laboral do trabalhador, entre outros dados previdenciários.

Sobre a facilitação e a segurança, acho que nós temos que ter essa balança muito bem equilibrada. Não há que se facilitar mais e evitar a segurança. E pondero isso no bom senso das empresas para essa necessidade também, porque vislumbro no eSocial muita segurança, o que não tínhamos. E a fraude, como mencionou a Dra. Sandra, da contabilidade, é muito importante para o INSS. Isso é um prejuízo muito grande. Evitar isso, com esse bom senso, é muito importante.

Nós estamos colhendo agora os frutos aos poucos — pequenos ainda — e nos adequando.

Reforço essa questão dentre os pequenos: segurado especial que emprega, pequeno produtor rural, as pequenas e microempresas, o MEI. Todos vão ter uma ferramenta simplificada de uso, e ela tem que ser tão intuitiva, a meu ver, como a do doméstico. Entendo que a ferramenta para o empregador doméstico é intuitiva, é de fácil acesso, e nós abrimos os canais para poder auxiliá-los, uma educação, uma estruturação dessa educação, da qual já foi falada, eu acho essencial, e divulgação, para que esses possam ter esse canal, porque, às vezes, nós vemos que não está chegando até esses.

Ontem eu fui a uma reunião da sala de atendimento. Até estava contando para a Valquíria que lá estava um empregador doméstico. Ele queria, na verdade, tirar dúvida de empresas. Era um empregador doméstico que foi tirar as dúvidas sobre suas empregadas, ele tinha mais de uma. Enfim, foi lá para esclarecer suas dúvidas. Só que muitas vezes a dúvida não perpassa pelo sistema eSocial, perpassa pela legislação, pela obrigação. Muitas vezes a pessoa não está sabendo o que fazer.

O canal não é só o eSocial, o canal tem que ser nos entes, juntamente com as empresas, os contadores, para esclarecer a parte de legislação, que é importante e é complicada. Nossa legislação previdenciária não é fácil.

Agradeço aos senhores a oportunidade. Só assim nós vamos ter um INSS digital de forma efetiva, a partir dos dados realmente consistentes.

Nós vamos levar para casa as questões da saúde e da segurança do trabalho, que não perpassa pela nossa área, mas são importantíssimas. Já estão na nossa agenda de



demandas todas as adequações para recebimento e tratamento dos dados. Estamos juntos nesse caminho.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sra. Sílvia.

Passo a palavra à Sra. Viviane Lucy de Andrade, da Caixa.

**A SRA. VIVIANE LUCY DE ANDRADE** - Depois de tantas falas, acho que já foi tudo dito aqui. Eu só quero realmente reforçar a importância deste momento, o quanto isso está sendo realmente valorizado por nós. Esta é uma grande oportunidade.

Gostaria de reforçar a nossa parceria com esse grupo, as preocupações apresentadas por todos vocês, o que Rafael e Valquíria disseram com relação especificamente ao FGTS vem sendo e continuará sendo observado. Essa preocupação com a maturação dos sistemas e a convivência, se necessário for, a Caixa está à disposição. Continuaremos discutindo juntos a melhor forma e o melhor momento da substituição.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sra. Viviane.

Passo a palavra ao Sr. Rafael, do CNI.

**O SR. RAFAEL ERNESTO KIECKBUSCH** - Faço aqui três destaques. O Deputado perguntou qual o resultado. Eu acho que o primeiro grande resultado é a experiência de poder juntar vários entes governamentais, em uma mesma sala, com várias entidades e, entre trancos e barrancos, conseguir sair com alguns encaminhamentos. E vários desses encaminhamentos têm algum tipo de solução ou uma tentativa de solução, algo que avance, que vá para o próximo passo.

Eu diria que esse é um resultado, uma experiência, como havia destacado; o Ministério do Trabalho tem um pouco mais de *know-how* nisso, para os outros entes, isso não era tão claro. Acho que isso é uma ferramenta, um instrumento que nós entendemos que deva ficar, continuar e até expandir para outras iniciativas. Isso é algo que precisa dar continuidade, ter de segurança jurídica, obviamente, na sua implantação, no modelo de como isso é feito, mais institucionalizado. Esse é um passo importante.

O segundo destaque diz respeito à comunicação. Uma das preocupações da CNI é passar essa informação. Com um eSocial um pouco mais estável, teremos maior segurança





para passar as informações para os nossos representantes. Em breve, deveremos colocar mais informações e divulgar em relação ao eSocial como um todo. Mas destaco que o nosso ponto será a SST — Segurança e Saúde do Trabalho.

Estamos preparando um conjunto de informações, materiais e investimentos para essa área, que é uma área-chave, sabemos disso, com a qual temos muito envolvimento. No caso específico da CNI, são 29 comissões técnicas tripartites, das quais participamos, 136 assentos de representação que discutimos, seja com a Previdência, seja com o trabalho, envolvendo a temática de SST. Essa experiência — o que está sendo feito lá — precisa de um certo alinhamento. Esse também é um passo que precisa ser dado.

O terceiro destaque seria a questão do eSocial para o empresário. Ele não pode ver isso como um custo, porque se ele vir isso como um custo, vai pensar: "*Qual ganho vou ter?*" Ele precisa ver isso como um investimento. O grande ponto aqui é ter esse investimento, e, para ter um investimento, precisa de um resultado. Aí eu apresento aqui novamente a proposta do Deputado Odorico relativas aos processos. Nós precisamos de maior clareza sobre o impacto do INSS na receita. É preciso deixar isso claro. Há também dois outros pontos que precisam, em algum momento, estar mais claros para a sociedade: o plano de desativação das obrigações presentes, quando efetivamente o Governo pretende desativar. Um exemplo típico: CAGED e RAIS.

Eu acho que tem que ficar claro quando isso vai ocorrer, por meio dos seus atos normativos. Qual o seu reflexo nos processos? Ou seja, a maioria dos atendimentos do INSS digital, na parte da Receita, do Ministério do Trabalho, nos vários programas que ele envolve, a Previdência tem um envolvimento forte de obrigações, muitas vezes, operacionalizadas pelo INSS, mas isso tem que ser feito junto. É preciso ter esse reflexo, ter esse plano, apresentar isso para a sociedade do que está acontecendo. Esse processo é algo bem-vindo e necessário.

No mais, devemos trabalhar muito para reduzir o impacto no eSocial e para poder efetivamente dar os passos seguintes.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sr. Rafael.

Com a palavra a Sra. Valquíria.

**A SRA. VALQUÍRIA CRUZ** - Muito obrigada, Deputado.



Gostaria só de sumarizar os principais pontos que nós trouxermos. Nós precisamos do eSocial BX rápido.

A segunda coisa é que certamente nós precisamos continuar a trabalhar com relação ao GRFGTS. Fizemos progresso, mas precisamos caminhar nessa direção. Precisamos de um cronograma ajustado integrado, não é dos pedacinhos, nós precisamos de um cronograma por todo. E esse cronograma tem que fazer sentido, porque eles isoladamente fazem, o problema é que junto não dá. Então, nós temos que conseguir fazer isso, e, colocando datas mais realistas, também somos capazes de reforçar essas datas de forma mais consistente. Eu sei, existe a mentalidade brasileira, mas talvez sejamos aqui o agente de mudança, para que fiquemos mais sérios e mais firmes no que fazemos. Há sempre um calor tropical que nunca vai embora na nossa cultura, mas acho que também nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

Penso que precisa haver um conforto às empresas, como já foi mencionado. Está na cabeça dos empresários e também dos fornecedores de que há um projeto de implantação. O Governo já tentou dar medidas de conforto, e acho que precisamos continuar nisso. Existe uma implantação, mas as pessoas têm que se esforçar, têm que se enquadrar, para que seja possível fazer isso de forma segura, sem arriscar suas empresas.

Por último, tenho, sim, que reforçar o ponto do Maia: existe um diálogo. Isso é inédito. Vários órgãos diferentes estão trabalhando juntos. As empresas são diferentes, a sociedade é diferente, e nós estamos trabalhando juntos. Existe muito capital intelectual, muito capital na área estratégica, na área de negócios, na área de processos e na área tecnológica, tanto na indústria quanto no Governo, e, juntando essas cabeças, encontramos soluções melhores e mais efetivas para os problemas que nós temos. Eu me formei numa universidade pública. É o meu dever aqui e uma alegria para mim poder contribuir com o conhecimento que me foi dado lá atrás, no começo da minha carreira, e fazer algo melhor para o Brasil. É uma alegria para todos nós, profissionais aqui envolvidos, poder realmente contribuir e trazer um futuro melhor para o País, independentemente da especialidade, seja na área médica, seja na área de tecnologia.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sra. Valquíria.

Com a palavra o Sr. Ricardo.



**O SR. RICARDO VAZ DA SILVA** - Mais uma vez, quero reforçar que a questão da comunicação, que foi largamente dita aqui, vai ajudar bastante, e também termos o olhar para a realidade da fragmentação de esforços e personagens dentro dos prazos de cumprimento das obrigações, senão nós vamos ter muito problema.

No mais, quero elogiar, mais uma vez, o Deputado pela iniciativa e, aliás, pelo conhecimento também, que nós desconhecíamos. Como disse a Valquíria, estamos à disposição e, no que nós pudermos, queremos contribuir.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado.

Com a palavra o Sr. Evandro.

**O SR. EVANDRO MEES DOS SANTOS** - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de poder opinar e contextualizar o ponto de vista dos nossos clientes. Quero reforçar o papel da colaboração. Quando implantamos um sistema para o nosso cliente, dizemos o seguinte: *"Olhe, não somos nós que estamos implantando o sistema. Se você não pegar junto, não trabalhar, não fizer a sua parte, não vai dar certo"*. E aqui nós vivemos o mesmo sentimento. Nós temos que conceber e discutir juntos as boas práticas, os caminhos, as exceções, diante de um cenário tão diverso de atividades econômicas, de relações de trabalho, de diferentes vínculos empregatícios e formas de pagamento, de horários de trabalho, e assim por diante.

Reforço o papel da nossa empresa que está sempre à disposição para colaborar. Nós temos os fóruns de discussão, mas não temos a sala de guerra. A sala de guerra vai colocar todo mundo no mesmo lugar, simulando situações, e quem tirar dúvida já estará junto. O desenvolvedor ajusta e testa de novo. Nós teremos a oportunidade, nas próximas etapas, de criar essa sala de guerra, onde a coisa vai sair pronta dali. Todas as partes vão atuar em conjunto e simular situações, fazendo o seu papel e gerando um resultado muito melhor ao final.

Agradeço a V.Exas., mais uma vez, e contem sempre conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Evandro.

Gostaria de agradecer aos Deputados que passaram aqui, ao Deputado Celso Pansera, nosso parceiro nesta audiência pública, à assessoria parlamentar, à assessoria do PSB, aqui presente, à assessoria do PT e de vários partidos e também às assessorias da Casa, das entidades e das instituições aqui presentes.



Não tenho dúvida de que o alinhamento foi feito. Fica o dever de casa de construir essa sala de situação para fazer esse monitoramento. Essa é uma questão importante, e talvez seja esse o nosso desafio. E quem sabe, na próxima audiência pública, venha para cá a série histórica do acompanhamento com a sala de situação, o BI, um negócio todo alinhado. Esse vai ser o desafio. Até 2020 haverá bastante chão pela frente. A previsão do Governo é 2019 e 2020. As micros e também a área filantrópica a partir de janeiro. Vejo aqui a Helenita, do Instituto Compartilha, do Ceará — SAMEAC, uma Organização da Sociedade Civil, que realiza uma atividade importante e recentemente fez um belo seminário sobre o marco regulatório das entidades da sociedade civil.

Nós temos hoje vários marcos regulatórios que foram estruturados aqui. O nosso papel é acompanhá-los. O marco regulatório das entidades da sociedade civil, em parceria com o Governo, é fundamental. Temos também o novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação.

A judicialização, além de tudo isso que estamos vendo no País, é o nosso grande desafio. O Brasil é um país altamente judicializado, e o ativismo jurídico está na União, nos Estados e nos Municípios, de norte a sul, de leste a oeste.

O marco legal da ciência e tecnologia promoveu uma mudança na Constituição, com a Emenda Constitucional nº 85, que garante, no projeto de pesquisa, a mudança de um componente. Por exemplo, você entrou com o custeio, mas, ao longo do projeto, teve a necessidade de comprar um equipamento. Então, você vai sair de custeio para capital. E vice-versa. Às vezes uma instituição de pesquisa tem vários projetos em andamento. E, num determinado projeto, que passou quase 1 ano para ser aprovado, colocou-se uma quantidade "x" para fazer investimento. Ocorre que aquele investimento veio de outro projeto, mas é preciso transformar aquilo em custeio. Isso foi fantástico para a área de ciência e tecnologia.

Todavia, na hora de assinar — e isso está previsto na Constituição —, ninguém quer, porque acha que se colocar o CPF ali o Tribunal de Contas da União vai julgá-lo, porque a nossa tradição é que a estrutura de capital e custeio não transita de um canto para o outro. Mas, do ponto do marco legal da ciência, tecnologia e inovação, a Constituição tornou isso necessário.



Mas quando conversamos com os institutos de ciência e tecnologia e mostramos que o marco legal está pronto, ninguém quer colocá-lo em prática. É o velho dilema brasileiro da ousadia de fazer cumprir a lei. Esse é o desafio que está colocado.

Nós avançamos bastante nessas duas audiências públicas. Eu acho que o aprendizado para nós, como Deputados, está sendo grande. É muito importante que esta reunião esteja disponibilizada no *site* da Câmara. Alguns Deputados que não estão aqui hoje, porque tiveram que viajar ou estão em outras atividades em Brasília, vão poder acompanhar esta discussão, porque interessa a todos.

Quero realmente agradecer as grandes contribuições que os senhores deram aqui para esse tema tão importante para o Estado brasileiro.

Antes de finalizar, comunico que está convocada reunião de audiência pública, para quarta-feira, dia 5 de dezembro, às 10 horas, com o objetivo de discutir o papel do Governo e da iniciativa privada nas pesquisas de inovação. O requerimento é de minha autoria e do Deputado Celso Pansera. Vamos trazer aqui o CNPq, a CAPES, a FINEP e a CNI — é importante reforçar que a CNI foi convidada também —, para debatermos o ecossistema de inovação e o papel do Governo e da iniciativa privada nas pesquisas de inovação à luz do marco regulatório da ciência e tecnologia.

Logo após a audiência pública, vamos convocar Reunião Deliberativa Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, com pauta a ser divulgada pela Mesa da Comissão.

Agradeço a todos. Desejo-lhes um bom retorno para casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)